



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 02 | fevereiro 2018



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: fevereiro de 2018

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de fevereiro.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

0249-077 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

0200 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823397

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpearl.gov.pt>

ISSN: 1747-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Destaques	33
A recuperação do crédito à habitação	35
Artigos	39
Em Análise	41
Comércio externo da Guiné-Bissau e comércio com Portugal: (2012-2016 e janeiro-novembro 2016-2017)	41
Comércio internacional da pesca, conservas e outros produtos do mar (2012-2017)	49
Iniciativas e Medidas Legislativas	57
Lista de Acrónimos	63

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No quarto trimestre de 2017, a produção industrial mundial aumentou para 3,8% em termos homólogos (igual ao trimestre precedente). Mas, enquanto este indicador acelerou para as economias avançadas (EUA e União Europeia), o mesmo abrandou para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento. O comércio mundial de mercadorias desacelerou, em resultado sobretudo do crescimento menos intenso das exportações mundiais. Em termos de regiões, também foram as trocas comerciais dos países emergentes que se tornaram menos dinâmicas.
- * O PIB da zona da OCDE desacelerou para 2,6% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2017 (2,8% no 3.º trimestre) influenciado por um abrandamento do crescimento da UE e do Japão; já que o dos EUA melhorou. No final de 2017, a taxa de inflação homóloga do conjunto dos países da OCDE acelerou para 2,3% (1,8% em dezembro de 2016); enquanto a da generalidade dos países emergentes diminuiu (especialmente do Brasil e da Rússia).
- * Os indicadores disponíveis para o início de 2018 indicam a continuação de um crescimento económico moderado dos EUA, com destaque para uma melhoria da produção industrial e do indicador de confiança dos serviços; em contraste com uma desaceleração das vendas a retalho. Em janeiro de 2018, a taxa de desemprego manteve-se em 4,1% e, a taxa de inflação homóloga estabilizou em 2,1%.
- * No 4.º trimestre de 2017, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 2,6% e 2,7% em termos homólogos reais, respetivamente (2,8% em ambas as zonas, no 3.º trimestre). De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de janeiro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da AE continuou a progredir, tendo alcançado o valor mais elevado desde meados do ano 2000 (+0,6%, no 4.º trimestre de 2017). Em dezembro de 2017, a taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 7,3% e 8,7%, respetivamente (8,2% e 9,7%, respetivamente, em dezembro de 2016). Em janeiro de 2018, a taxa de inflação da área do euro desceu para 1,3% em termos homólogos (1,4% no mês precedente) refletindo uma desaceleração dos preços de energia e dos produtos alimentares não transformados; enquanto se manteve em 1,5% em termos de variação dos últimos 12 meses.
- * Em fevereiro de 2018 e, até ao dia 23, o preço *spot* do petróleo Brent desceu para se situar, em média, em 66 USD/bbl (53€/bbl), quebrando a subida consecutiva registada no segundo semestre de 2017.
- * As taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis para a área do euro em fevereiro de 2018, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 23; enquanto continuaram a subir nos EUA, para se situarem, em média, em 1,85% (1,73% em janeiro).
- * Em fevereiro de 2018, os índices bolsistas internacionais evoluíram desfavoravelmente, tendo registado correções significativas no início do mês. Entretanto, no início de 2018, as taxas de juro de longo prazo aumentaram, refletindo, em parte, expectativas positivas acerca da economia dos EUA e de aceleração da taxa de inflação; a par da diminuição da compra líquida mensal de ativos, por parte do BCE, para metade, para os 30 mil milhões de euros.
- * No mercado cambial, o euro face ao dólar situou-se em 1,23 a 23 de fevereiro de 2018, representando uma depreciação face ao final do mês de janeiro (1,25), resultando, em parte, da expectativa criada em torno de uma subida mais rápida das taxas de juro de referência dos EUA.

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2017 aponta para um crescimento homólogo real de 2,4% do PIB, mantendo a variação verificada no trimestre precedente.

- * O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 4,1%, um valor superior em 0,1 p.p. face ao observado no 3º trimestre do ano.
- * Dados relativos ao 4.º trimestre de 2017 indicam que o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 3,8% (6,7% no 3º trimestre do presente ano);
- * O indicador de FBCF registou uma variação homóloga de 5,5%, inferior ao observado nos quatro trimestres de 2017. Por seu turno, os dados já disponíveis até janeiro mostram que a componente de máquinas e equipamentos registou uma melhoria de 7,7%, em termos homólogos.
- * Em 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de 879 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 223 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma deterioração do saldo da balança de bens.
- * No último trimestre de 2017, a taxa de desemprego fixou-se nos 8,1%, valor 0,4 p.p. abaixo do registado no terceiro trimestre e 2,4 p.p. inferior ao registado um ano antes. Em termos anuais a taxa de desemprego foi 8,9%, menos 2,2 p.p. do que em 2016.
- * A variação do IPC, em janeiro, foi de 1,0%, enquanto o IPC subjacente foi 0,9% (menos 0,3 p.p. do que em dezembro). Além disso, no mesmo período, o IPPI registou uma variação positiva de 1,3%, enquanto o IPPI excluindo energia apresentou um crescimento de 1,9%.
- * A execução orçamental das Administrações Públicas traduziu-se, no final do mês de janeiro, num saldo global positivo de 775 milhões de euros, valor que revela uma melhoria de 153 milhões de euros em relação ao registado no mesmo mês do ano anterior¹. A este resultado subjaz o crescimento de 6,8% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante da despesa efetiva (4,7 %)². O saldo primário cifrou-se, entretanto, num excedente de 1.225 milhões de euros, o que corresponde a uma melhoria de 410 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior.
- * Para o resultado da execução orçamental das Administrações Públicas o subsector da Administração Central contribuiu com um excedente de 13 milhões de euros, valor que, por sua vez, decorre da conjugação de um défice no subsector Estado (237 milhões de euros) e de um superávit no subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (249 milhões de euros). A Segurança Social concorreu, por seu lado, com um saldo global positivo de 503 milhões de euros.
- * No que toca ao subsector da Administração Regional, registava, em finais de janeiro, um saldo global positivo da ordem dos 90 milhões de euros, enquanto o subsector da Administração Local mostrava, no mesmo período, um excedente de 169 milhões de euros.
- * A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) encerrou o ano de 2017 com o valor de 242.598 milhões de euros. Este valor, apesar de inferior ao valor registado no final do mês anterior, situa-se, ainda assim, 1.640 milhões de euros acima do valor registado no final de 2016.
- * Em janeiro, o valor da dívida direta do Estado denominada em euros atingiu os 235.057 milhões de euros, situando-se 634 milhões de euros acima do valor registado no mês anterior.
- * Continuaram em janeiro de 2018 as emissões de Bilhetes do Tesouro com taxa de juro negativa (taxa média ponderada de colocação). Nas Obrigações do Tesouro a taxa de juro de colocação da última emissão foi ligeiramente superior à da colocação anterior, mas a taxa de juro do *cupon* desceu para 2,125% (4,125% nas colocações anteriores).

Comércio Internacional

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 10,1% no ano de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 12,5%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 23,4%, no valor de 2.622 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 79,9%, que corresponde a uma redução de 1,8 p.p. face a igual período de 2016.
- * No ano de 2017, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos (9%), foi inferior ao crescimento das exportações totais. As importações cresceram a um ritmo superior ao das exportações (10,6%), em termos homólogos, o que levou a um agravamento do saldo negativo da respetiva balança comercial em 19,8%.
- * No último ano a terminar em dezembro de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 10,1% em termos homólogos, com a generalidade dos grupos a contribuírem positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Energéticos” (1,7 p.p.), do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,7 p.p.) e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,5 p.p.).
- * De janeiro a dezembro de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram 8,6%, em termos homólogos, tendo contribuído em 6,4 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram um crescimento de 8,4 %, em termos homólogos, e as exportações para os países do Alargamento 10,8 %, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 6 p.p. e 0,4 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,2% do total), registaram o maior contributo Intra UE-15 (1,9 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a França e a Alemanha (1,1 p.p. e 0,8 p.p., respetivamente).
- * No ano de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram a um ritmo superior ao das exportações Intra UE (14,8%), passando a representar 25,9 % do total das exportações nacionais (+1,1 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para o Brasil (75,3%), a China (24,7%) e Angola (19,1%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de dezembro de 2017, as exportações de bens e serviços cresceram 11,2% em 2017, em termos homólogos. A componente de serviços registou um melhor desempenho (13,3%) face à dos bens (10,1%), sendo a componente de bens a que registou maior contributo (6,5 p.p.) para o crescimento do total das exportações.

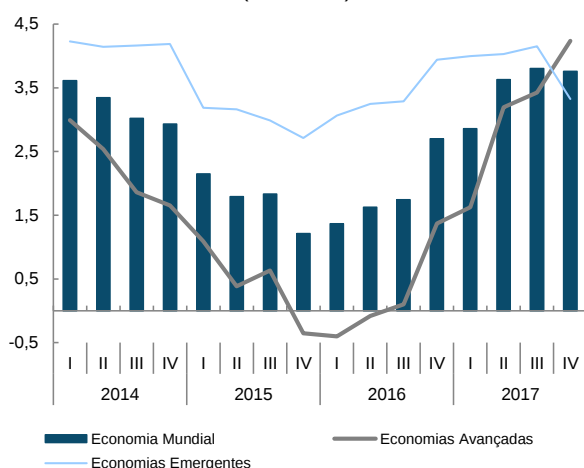
³ Resultados mensais preliminares de janeiro a dezembro de 2017.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

No 4.º trimestre de 2017, a produção industrial mundial aumentou para 3,8% em termos homólogos (igual ao trimestre precedente). Mas, enquanto acelerou para as economias avançadas (especialmente dos EUA e da União Europeia); este indicador abrandou para os países emergentes e em desenvolvimento.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



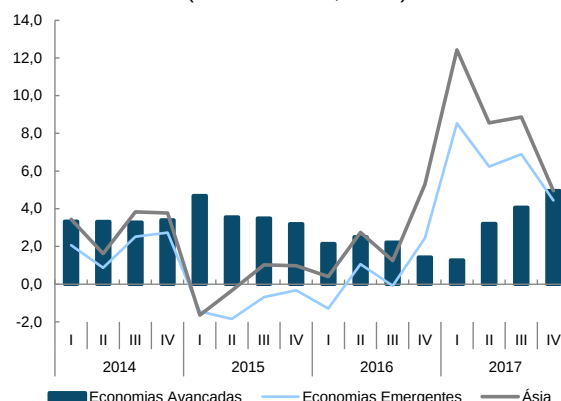
Fonte: CPB.

Para o mesmo período, o comércio mundial de mercadorias desacelerou, em resultado sobretudo do crescimento menos intenso das exportações mundiais.

De facto, no 4.º trimestre de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial abrandou para 4,6% (5,2% no 3.º trimestre);
- as exportações e importações mundiais apresentaram um crescimento de 4,4% e 4,7%, respetivamente (5,2% para ambas, no 3.º trimestre).

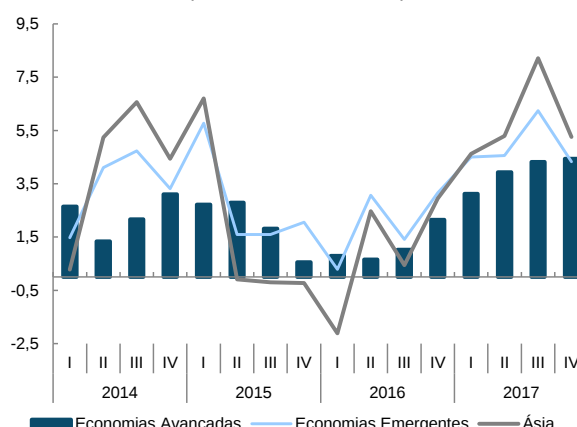
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No último trimestre de 2017, assistiu-se a um menor dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento (designadamente asiáticos). Já quanto às economias avançadas, registou-se um reforço do crescimento do comércio externo devido principalmente ao fortalecimento das importações.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

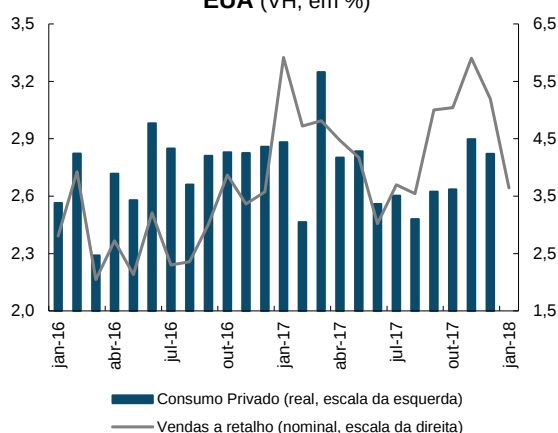
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	3,5	2,7	2,9	3,6	3,8	3,8		3,9	3,8	3,6	3,9
Economias Avançadas	VH	CPB	3,1	1,4	1,6	3,2	3,4	4,2		3,4	4,0	4,0	4,7
Economias Emergentes	VH	CPB	3,9	3,9	4,0	4,0	4,2	3,3		4,3	3,5	3,3	3,2
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	4,5	2,2	3,9	4,3	5,2	4,6		5,3	4,3	4,9	4,5
Importações Mundiais	VH	CPB	4,6	1,8	4,1	4,4	5,2	4,7		4,9	4,7	4,9	4,6
Economias Avançadas	VH	CPB	3,4	1,4	1,3	3,2	4,1	5,0		3,7	4,5	4,6	5,7
Economias Emergentes	VH	CPB	6,5	2,4	8,5	6,2	6,9	4,4		6,8	5,1	5,4	2,9
Exportações Mundiais	VH	CPB	4,4	2,6	3,7	4,2	5,2	4,4		5,7	3,9	4,8	4,5
Economias Avançadas	VH	CPB	4,0	2,1	3,1	3,9	4,3	4,4		4,2	3,9	4,6	4,8
Economias Emergentes	VH	CPB	4,9	3,2	4,5	4,6	6,2	4,3		7,6	3,9	4,9	4,1

Atividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2017, o PIB da zona da **OCDE** desacelerou para 2,6% em termos homólogos reais (2,8% no 3.º trimestre), influenciado por um abrandamento do crescimento da União Europeia e do Japão. Em dezembro de 2017, a taxa de inflação acelerou para 2,3% para o conjunto da OCDE (1,8% em dezembro de 2016); enquanto diminuiu para a generalidade dos países emergentes (nomeadamente do Brasil e Rússia).

Figura 1.4. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)

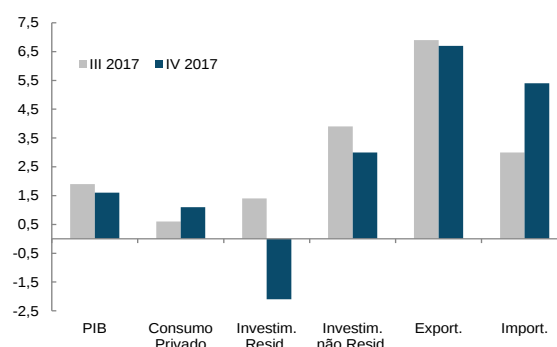


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Census Bureau.

Nos **EUA**, os indicadores disponíveis para o início de 2018 indicam a continuação de um crescimento moderado da atividade económica. Assim, em janeiro de 2018, e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial acelerou para 3,6% (3,4% em dezembro de 2017) acompanhado de uma subida do indicador de confiança dos serviços;
- as vendas a retalho desaceleraram de forma acentuada, para 3,6% (5,2% em dezembro de 2017);
- a taxa de desemprego manteve-se em 4,1% e a taxa de inflação estabilizou, para 2,1%.

Figura 1.5. PIB e componentes da Despesa em volume no Japão (VH, em %)

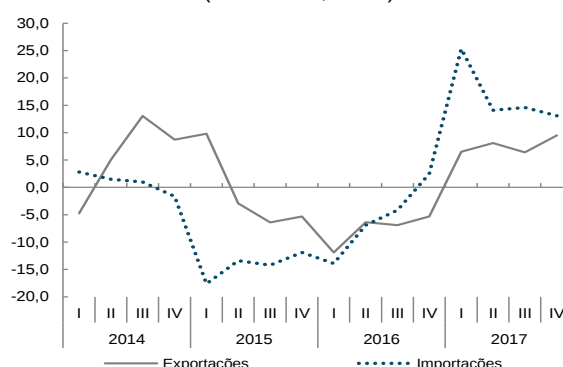


Fonte: Instituto de Estatística do Japão.

No 4.º trimestre de 2017, o PIB do **Japão** abrandou para 1,6% em termos homólogos reais (1,9% no 3.º trimestre) devido sobretudo à descida do investimento privado (particularmente do segmento residencial).

No último trimestre de 2017, assistiu-se a um maior dinamismo das exportações de bens da **China**; enquanto as importações regrediram, em linha com um abrandamento da atividade industrial e das vendas a retalho. Em janeiro de 2018, a taxa de inflação homóloga desceu para 1,5% (1,8% em dezembro de 2017).

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China (VH nominal, em %)



Fonte: OMC.

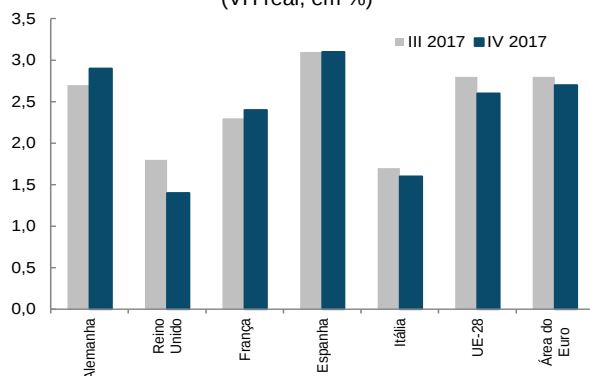
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			2018
				4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan
EUA – PIB real	VH	BEA	2,3	18	2,0	2,2	2,3	2,5		-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	2,0	-0,1	0,6	2,2	1,6	3,5		3,3	3,8	3,4	3,6
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	57,5	53,2	56,7	55,8	58,7	58,7		58,5	58,2	59,3	59,1
Índice ISM dos Serviços	%	"	60,2	60,1	60,9	61,3	58,2	60,1		61,5	61,1	57,8	59,8
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	96,8	93,1	97,2	96,4	95,1	98,4		100,7	98,5	95,9	96,0
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,4	4,7	4,7	4,3	4,3	4,1		4,1	4,1	4,1	4,1
China – PIB real	VH	NBSC	6,9	6,8	6,9	6,9	6,8	6,8		-	-	-	-
Exportações	VH	OMC	7,9	-5,3	6,5	8,1	6,4	9,5		6,2	11,5	10,8	-
Japão – PIB real	VH	COGJ	1,6	1,5	1,3	1,6	1,9	1,6		-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No 4.º trimestre de 2017, o PIB da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) desacelerou para 2,6% e 2,7% em termos homólogos reais, respetivamente (2,8% para ambas as zonas, no 3.º trimestre). De acordo com o indicador previsi-
onal do Banco de Itália de janeiro de 2018, o PIB trimestral em cadeia da AE continuou a acelerar (+0,6% no 4.º trimestre de 2017).

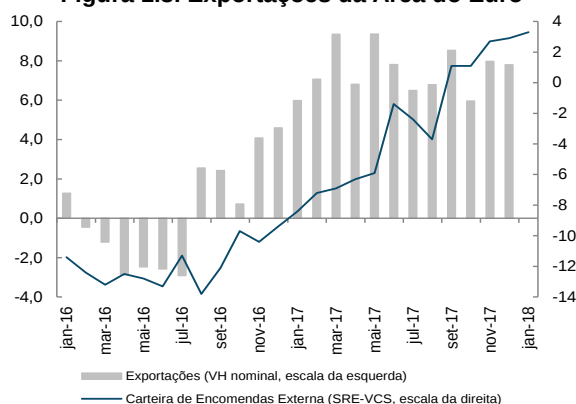
Figura 1.7. PIB da União Europeia
(VH real, em %)



Fonte: Eurostat.

Os indicadores quantitativos para a área do euro no 4.º trimestre de 2017 indicam um reforço do crescimento da produção industrial, a manutenção de um crescimento robusto das exportações de bens; enquanto as vendas a retalho abrandaram.

Figura 1.8. Exportações da Área do Euro



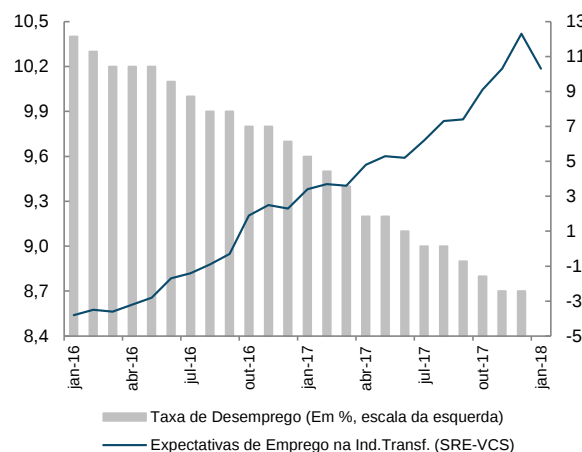
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Porém, em janeiro de 2018, o indicador de sentimento económico da UE e da AE diminuiu, interrompendo a tendência ascendente registada no 2.º semestre de 2017, devido sobretudo à diminuição dos indicadores de confiança dos serviços e do comércio a retalho.

No 4.º trimestre de 2017, a taxa de desemprego desceu quer para a UE, quer para a AE, para se situar em 7,3% e em 8,7%, respetivamente. No conjunto do ano de 2017, este indicador diminuiu em ambas as zonas, para se situar, em média, em 7,6% e 9,1%, respetivamente (8,6% e 10%, em 2016).

Em janeiro de 2018, as expetativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para os setores dos serviços, comércio a retalho, construção e comércio a retalho; enquanto pioraram para a indústria transformadora.

Figura 1.9. Mercado de Trabalho da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2018, a taxa de inflação da área do euro desceu para 1,3% em termos homólogos (1,4% no mês precedente); enquanto se manteve em 1,5% em termos de variação dos últimos 12 meses. Para a diminuição da taxa de inflação homóloga contribuiu a desaceleração dos preços de energia e dos produtos alimentares não transformados.

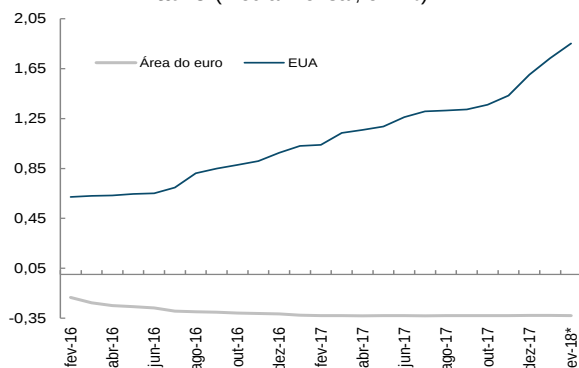
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			2018
				4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	2,5	2,0	2,2	2,5	2,8	2,6		-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,7	107,2	108,3	110,0	111,8	114,1		113,6	113,7	115,1	114,7
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	2,5	1,9	2,1	2,4	2,8	2,7		-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	111,3	106,4	107,5	109,5	111,5	114,3		113,5	114,0	115,3	114,7
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	2,9	2,1	1,2	2,6	3,6	4,3		4,0	3,6	5,2	:
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	2,5	2,4	2,2	2,9	2,9	2,1		0,8	3,5	2,2	:
Taxa de Desemprego	%	"	9,1	9,8	9,5	9,2	9,0	8,7		8,8	8,7	8,7	:
IHPC	VH	"	15	0,7	18	15	14	14		14	15	14	13

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em fevereiro de 2018, as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se estáveis para a área do euro, em -0,33%; enquanto continuaram a subir para os EUA, para se situarem em 1,85%, em média, até ao dia 23 (1,73% em janeiro).

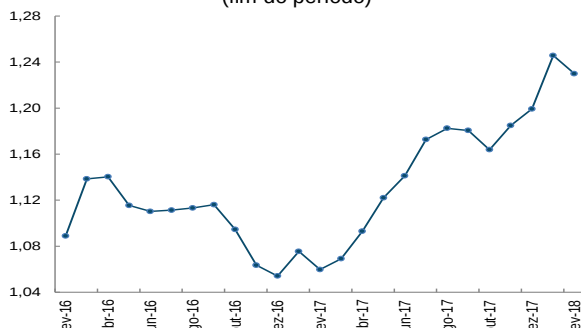
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 23.

As taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro em janeiro de 2018. Esta evolução ascendente refletiu, no caso dos EUA, a expectativa de uma melhoria da atividade económica e de subida da taxa de inflação; já para a área do euro, deveu-se à diminuição para metade da compra líquida mensal de ativos, por parte do BCE, para os 30 mil milhões de euros pelo menos até setembro deste ano.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para fevereiro, o valor é do dia 23.

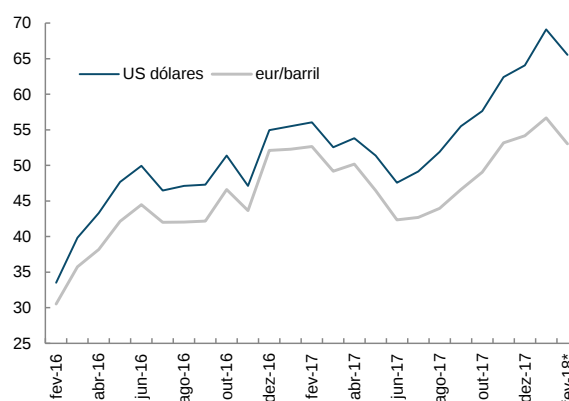
Em fevereiro de 2018, assistiu-se a uma depreciação do euro face ao dólar, tendo atingido 1,23 no dia 23 (1,25, no final de janeiro), interrompendo a tendência ascendente registada nos últimos meses.

Esta evolução deu-se no contexto de políticas monetárias ainda divergentes entre os dois lados do Atlântico e da expectativa criada em torno de uma subida mais rápida das taxas de juro de referência nos EUA.

Em janeiro de 2018, o índice de preços relativo ao preço do petróleo importado situou-se em 50,8 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979).

Em fevereiro e, até ao dia 23, o preço do petróleo *Brent* desceu, para se situar em 66 USD/bbl (53 €/bbl), invertendo a evolução crescente verificada no 2.º semestre de 2017.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGE, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 23.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017			2018
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,33	-0,32	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33	-0,33
Yield OT 10 anos – EUA **	%	Eurostat	2,33	2,13	2,44	2,26	2,24	2,37	2,36	2,35	2,40	2,58	
Yield OT 10 anos – Área do euro **	%	"	1,17	1,10	1,41	1,17	1,12	0,99	1,15	0,95	0,88	1,03	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,199	1054	1069	1,141	1,181	1,199	1,164	1,185	1,199	1,246	
Dow Jones*	VC	Yahoo	25,1	7,9	4,6	3,3	4,9	10,3	4,3	3,8	18	5,8	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,5	9,6	6,4	-17	4,4	-2,5	2,2	-2,8	-18	3,0	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	54,79	51,16	54,69	50,92	52,19	61,38	57,65	62,41	64,07	69,12	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	216	14,3	55,7	8,44	11,11	19,97	12,2	32,4	16,6	24,5	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	19,2	16,1	60,9	11,4	5,6	9,8	5,2	21,8	4,0	8,4	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	:	40,7	45,0	40,7	38,8	:	44,0	:	49,3	50,8	

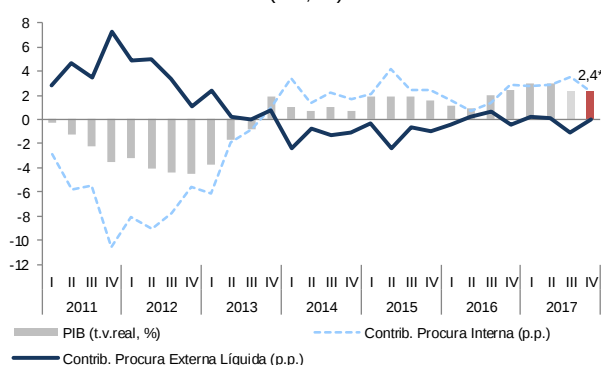
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflator do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2017 aponta para um crescimento homólogo real de 2,4% do PIB, mantendo a variação verificada no trimestre precedente. Segundo o INE, esta variação resultou exclusivamente do contributo da procura interna. No entanto, tal contributo foi menor devido à desaceleração do Investimento e do consumo privado. Face ao trimestre precedente registou-se um aumento de 0,7% em termos reais, resultante da aceleração da balança de bens e serviços, contrastando com a diminuição na procura interna devido sobretudo ao abrandamento do consumo privado. No total do ano, o crescimento fixou-se em 2,7% (1,1 p.p. superior ao registado em 2017).

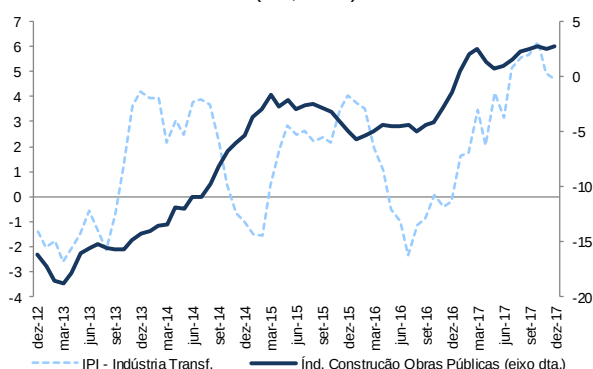
Figura 2.1. Produto Interno Bruto
(VH, %)



Fonte: INE.

No 4º trimestre de 2017, o Indicador de Atividade Económica do INE registou uma deterioração face ao trimestre anterior.

Figura 2.2. Índices de Produção
(VH, MM3)



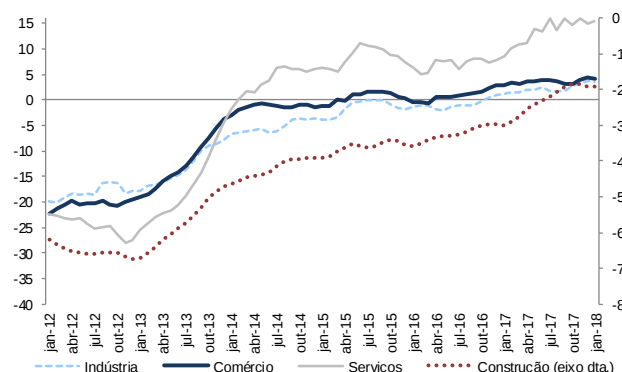
Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao 4.º trimestre, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção registou um crescimento de 4,7% e o índice de volume de negócios um crescimento de 1,5% (5,7% e 8,5% no 3.º trimestre de 2017, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma elevação de 2,7%, quando no 3º trimestre do ano apresentou uma variação de +2,5%;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou um crescimento face ao período homólogo de 5,5%, porém desacelerando face ao trimestre anterior (-0,5 p.p.);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho registou um crescimento de 4,1%, um valor superior em 0,1 p.p. face ao observado no 3º trimestre do ano.

No trimestre terminado em janeiro, assistiu-se a uma melhoria do indicador de confiança dos serviços, o da construção manteve-se estável, enquanto que os setores da indústria e comércio registaram ligeiras deteriorações.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE

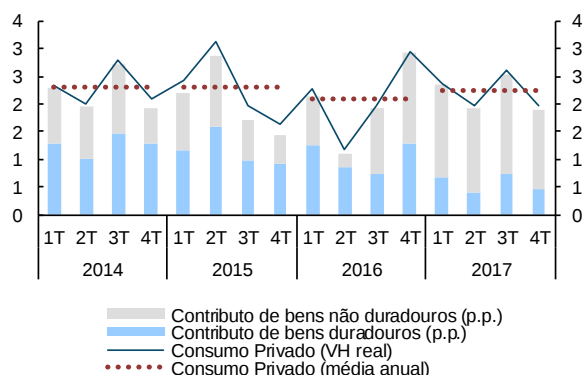
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017				2018
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	2,7	2,4	2,9	3,0	2,4	2,4	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	19	12	16	2,1	2,2	19	2,2	2,1	2,1	19	19
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	2,4	10	14	2,4	18	3,9	3,0	4,3	2,8	4,5	3,0
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	3,7	2,9	3,1	3,9	3,2	4,3	3,0	4,2	4,3	4,5	3,9
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	13,8	7,7	10,9	13,5	16,0	14,9	17,6	13,6	16,7	14,3	15,3
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-22,2	-29,7	-27,4	-23,0	-19,2	-19,0	-18,0	-18,4	-18,9	-19,8	-18,2
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	4,3	-0,2	3,5	3,2	5,7	4,7	3,5	6,6	4,8	2,8	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,1	7,1	9,2	5,2	8,5	15	9,2	2,0	-0,3	2,6	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	5,9	7,1	5,1	6,9	6,0	5,5	6,2	4,3	4,9	7,4	:

Consumo Privado

No último trimestre de 2017, o consumo privado cresceu, em termos reais, 2%, desacelerando 0,6 p.p. face ao 3.º trimestre. Tanto o consumo de bens duradouros como o consumo de bens correntes concorreram para este desempenho, com o contributo de ambas as componentes a reduzir-se em 0,2 e 0,4 p.p., respetivamente. No total do ano, o consumo privado cresceu 2,2%, acelerando 0,1 p.p. face a 2016.

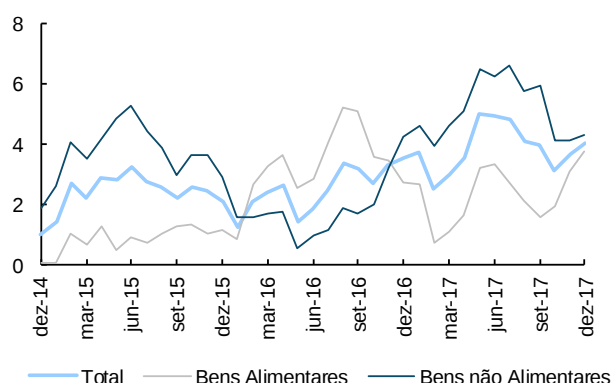
Figura 2.4. Consumo Privado e contributos
(VH, %)



Fonte: INE.

No último trimestre de 2017, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (IVNCR) cresceu, em média, 4,1%, mais 0,1 p.p. do que no 3.º trimestre. A componente não alimentar (4,3%) foi a que mais cresceu, embora tenha desacelerado 1,6 p.p. face ao trimestre anterior. Já a componente alimentar, cresceu 3,8% (mais 2,2 p.p. do que no 3.º trimestre). No total do ano, o IVNCR cresceu 4%, mais 1,3 p.p. do que em 2016.

Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3,VH)



Fonte: INE.

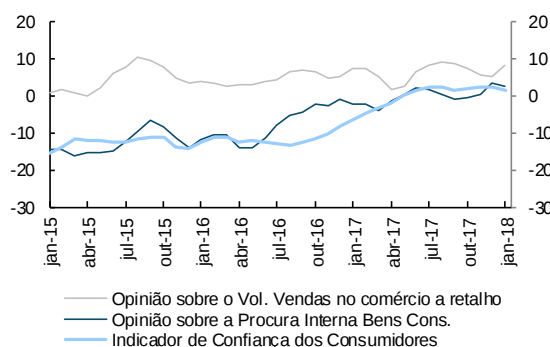
Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017				2018
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez	jan
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,2	2,9	2,4	2,0	2,6	2,0		-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	0,5	-8,2	-3,4	1,7	1,5	2,3		0,7	4,4	1,7	0,7	1,7
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	6,5	5,1	5,4	6,4	8,9	5,4		7,8	5,5	3,7	7,2	14,6
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	4,0	3,6	3,0	4,9	4,0	4,1		4,4	1,6	4,9	5,7	:
Bens Alimentares	VH	"	2,4	2,7	1,1	3,3	1,6	3,8		2,1	2,2	4,9	4,2	:
Bens não alimentares	VH	"	5,3	4,3	4,6	6,3	5,9	4,3		6,3	1,1	4,9	6,9	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	7,1	20,3	2,5	11,8	10,1	4,5		6,4	6,5	7,0	0,4	-2,8
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	6,6	6,1	8,3	8,1	4,3	6,2		3,5	12,2	3,7	2,8	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; de acordo com a nova base 2015=100; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

No trimestre terminado em janeiro, e quando comparado com o último trimestre de 2017, o índice de confiança dos consumidores apresentou uma deterioração. Já no caso dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários, a evolução foi mista, com o indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho a melhorar substancialmente; contrastando com a evolução do indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo que evoluiu negativamente.

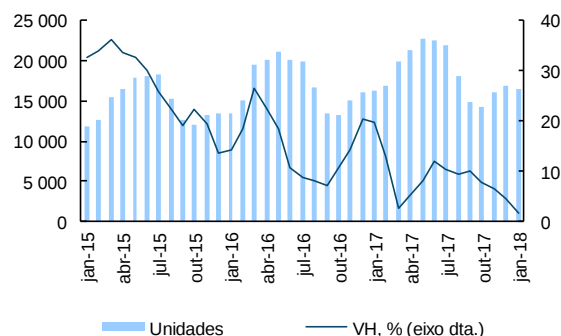
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

No primeiro mês de 2018, foram vendidos 14 603 veículos automóveis ligeiros de passageiros, menos 2,5 mil unidades do que em dezembro de 2017 e uma descida homóloga de 2,8%. Este resultado terá sido condicionado, em parte, por um problema na emissão de matrículas.

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



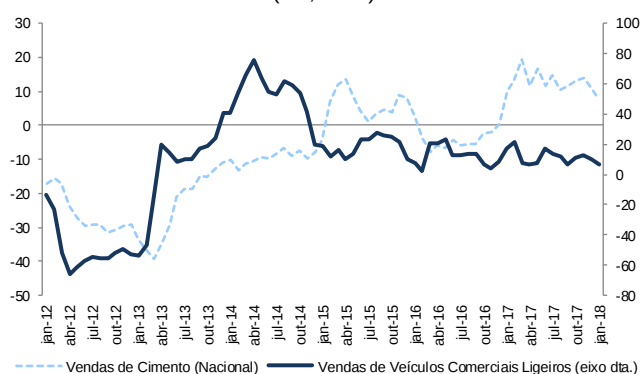
Fonte: ACAP.

Investimento

Os dados para o trimestre terminado em janeiro mostram que, em termos homólogos:

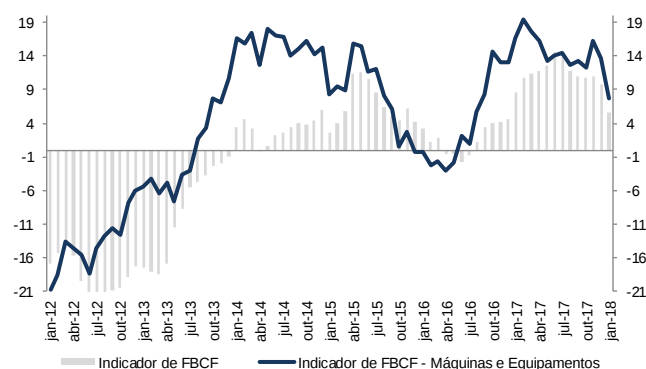
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 6,8% (10,2% no 4.º trimestre de 2017) enquanto a venda de veículos comerciais pesados cresceu 21,2% (6,2% no 4.º trimestre de 2017);
- as vendas de cimento registaram uma variação homóloga de 7,6% (o que compara com 11% no 4.º trimestre do ano anterior);
- o indicador de FBCF registou uma variação homóloga de 5,5%, inferior ao observado nos três trimestres precedentes. Por seu turno, os dados já disponíveis até janeiro mostram que a componente de máquinas e equipamentos registou uma melhoria de 7,7%, em termos homólogos.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: ACAP, Secil, Cimpopor.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis, relativos ao 4.º trimestre de 2017, mostram que, em termos médios homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 3,8% (6,7% no 3.º trimestre do presente ano);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceu 5,6% (uma desaceleração de 6,7 p.p. face ao trimestre anterior);
- as licenças de construção de fogos cresceram 13,6% (21,4% no 3.º trimestre de 2017).

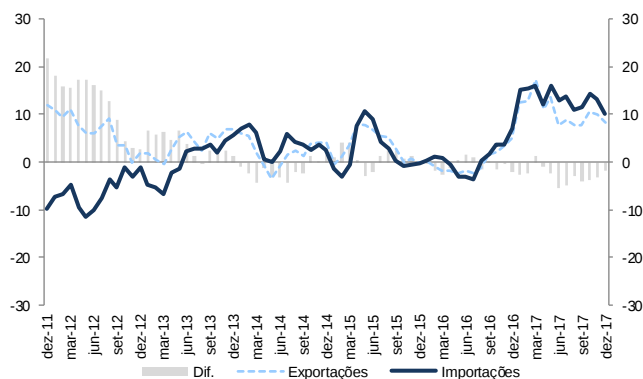
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017				2018
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	8,4	5,8	7,4	10,0	10,3	5,9	:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	9,0	5,8	9,6	11,3	10,0	5,3	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	2,3	4,6	11,5	14,6	11,0	9,8	11,0	10,8	10,9	9,8	5,5
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-11	0,2	19,2	11,5	11,7	11,0	10,3	17,5	13,7	0,6	7,5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	2,9	8,0	7,5	17,3	6,3	10,2	0,7	22,8	14,8	-0,1	9,3
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	4,9	18,8	-2,3	5,3	39,6	6,2	5,0	-12,4	75,7	-11,8	28,7
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-8,5	-6,6	7,0	11,4	9,7	2,8	2,1	0,0	3,4	5,1	11,8
Licenças de Construção de fogos	VH	"	14,6	30,4	51,1	11,9	21,4	13,6	22,6	22,4	20,2	-14	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	0,6	13,2	20,1	18,0	12,3	5,6	10,3	22,3	4,4	-7,3	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-11	3,0	7,9	3,3	6,7	3,8	8,7	150,4	3,8	133,1	:

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o 4.º trimestre de 2017, apontam para um aumento das exportações de 8,3% e para um crescimento das importações em 10% (7,6% e 11,5% no 3.º trimestre de 2017).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)



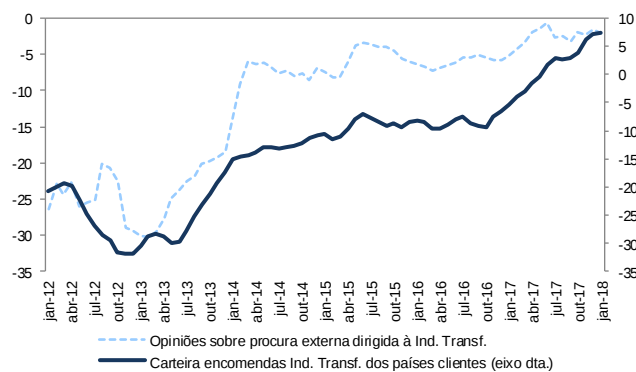
Fonte: INE.

Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações registou um aumento de 1,5%, um valor 12,8p.p. inferior ao registado no 3.º trimestre. Já as exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 11% (+5,6p.p. que no trimestre precedente);
- nas importações de bens, o mercado intracomunitário apresentou um aumento de 9,1%, enquanto que o mercado extracomunitário registou um crescimento de 13,3% (10,1% e 16,3% no 3.º trimestre de 2017, respetivamente). Estes resultados resultam numa taxa de cobertura do comércio internacional de bens de 79,9%, em 2017 (81,7% em 2016);

Por seu lado, no trimestre terminado em janeiro, as opiniões sobre a procura externa na indústria deterioraram ligeiramente quando comparadas com o último trimestre do ano passado. Por outro lado, a carteira de encomendas da indústria transformadora continuou a sua tendência positiva em janeiro, iniciada em meados de 2017.

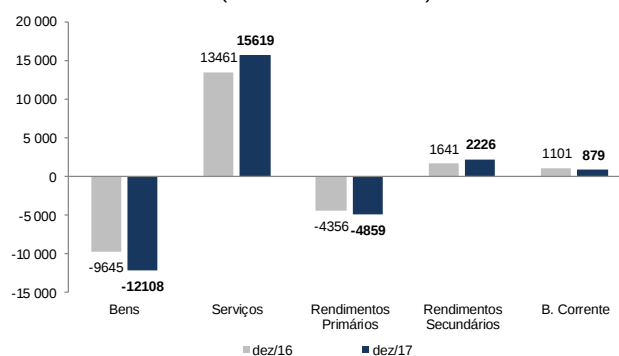
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Em 2017, o excedente acumulado da balança corrente foi de €879 milhões, diminuindo €223 milhões, em termos homólogos. Este resultado traduz a melhoria dos saldos da balança de serviços (+€2,158 milhões) e da de rendimentos secundários (+€585 milhões), que não foram suficientes para compensar a deterioração dos saldos das balanças de bens (-€2,463 milhões) e de rendimentos primários (-€503 milhões).

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

Entre os 12 meses de 2017, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de €2,699 milhões, menos €279 milhões do que em 2016.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2017				
				4T	1T	2T	3T	4T	ago	set	out	nov	dez
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,9	6,8	10,1	8,1	6,2	7,2	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	7,9	7,5	9,1	7,4	8,4	6,9	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	:	0,9	0,7	0,7	0,8	:	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	:	10	10	0,9	11	:	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	10,1	4,9	17,3	7,7	7,6	8,3	13,9	5,9	12,5	11,6	0,1
Entradas de Bens	VH nom	"	12,5	7,0	15,9	13,0	11,5	10,0	12,8	8,9	21,0	10,4	-0,8

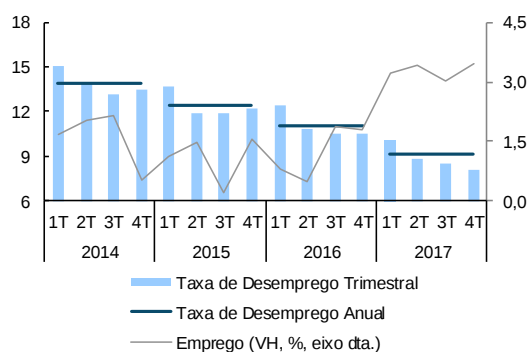
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017				2016	2017	Dif.
				4T	1T	2T	3T	4T	jan-dez	jan-dez	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	2 699	1070	-67	-769	2412	1123	2978	2699	-279
Saldo Balança de Bens	"	"	-12 108	-2901	-2447	-3063	-351	-3446	-9645	-12 108	-2463
Saldo Balança de Serviços	"	"	15 619	3294	2222	3873	5581	3943	13461	15619	2158
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-4 859	-400	-816	-2344	-1136	-562	-4356	-4859	-503
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	2 226	493	571	431	625	600	1641	2226	585

Mercado de Trabalho

No 4.º trimestre de 2017, a taxa de desemprego foi de 8,1%, menos 0,4 p.p. que no trimestre precedente e menos 2,4 p.p. que no mesmo trimestre de 2016. Para esta evolução concorreu o crescimento do emprego em 3,5% em termos homólogos. No total do ano a taxa de desemprego foi de 8,9% (11,1% em 2016), com o emprego a crescer 3,3%.

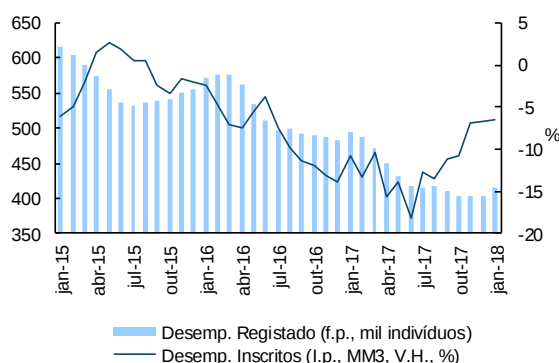
Figura 2.13. Taxa de Desemprego e Emprego



Fonte: INE.

No final de janeiro de 2017, cerca de 416 mil pessoas encontravam-se inscritas nos centros de emprego, uma diminuição de 16% face a igual período de 2016. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 55,5 mil pedidos, menos 6,8% do que em janeiro de 2017.

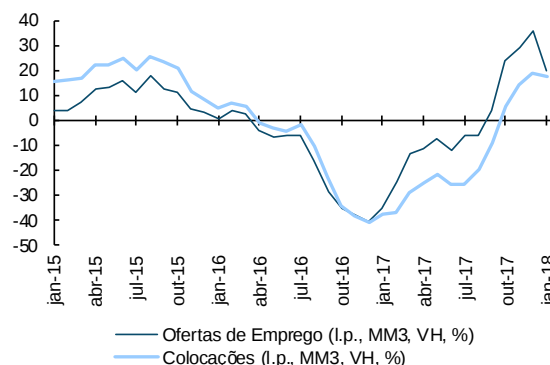
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em igual período, o número de ofertas de emprego aumentou 18,5%, enquanto o número de colocações subiu 15,5%. Assim, o rácio entre ofertas e colocações fixou-se nos 59,6%, menos 1,5 p.p. do que um ano antes.

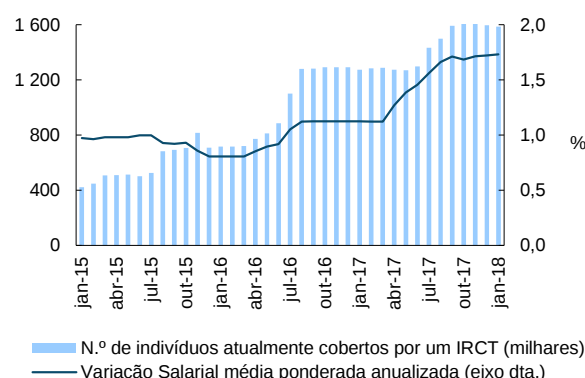
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de janeiro, cerca de 1,586 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 24,5% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,7%, acima dos 1,1% registados em janeiro de 2017.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MSESS, estimativas GPEARl.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

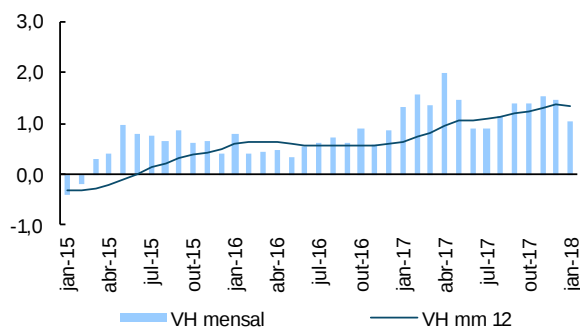
Indicador	Unidade	Fonte	2017	2016	2017					2017				2018
				4T	1T	2T	3T	4T		set	out	nov	dez	jan
Taxa de Desemprego*	%	INE	8,9	10,5	10,1	8,8	8,5	8,1		8,5	8,4	8,1	8,0	:
Emprego Total*	VH	"	3,3	1,8	3,2	3,4	3,0	3,5		3,3	3,2	3,6	3,6	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-16,3	-13,1	-18,0	-18,3	-16,3	-16,3		-16,3	-17,5	-16,8	-16,3	-16,0
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-11,5	-14,0	-10,3	-18,1	-11,2	-6,8		-10,0	-7,8	-2,3	-11,1	-6,8
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-1,5	-40,5	-13,3	-12,0	3,7	36,0		7,4	59,5	22,9	17,1	18,5
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,7	1,1	1,1	1,5	1,7	1,7		1,7	1,7	1,7	1,7	1,7
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	2,5	0,9	3,2	3,2	-0,9	4,7		-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	:	1,7	1,3	1,9	1,9	:		-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividades; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

O índice de Preços no Consumidor (IPC) registou, em janeiro de 2018, uma variação homóloga de 1,0%, 0,5 p.p. abaixo do registado em dezembro. Em termos de médias móveis de 12 meses, a variação foi de 1,3%, menos 0,1 p.p. do que em dezembro.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

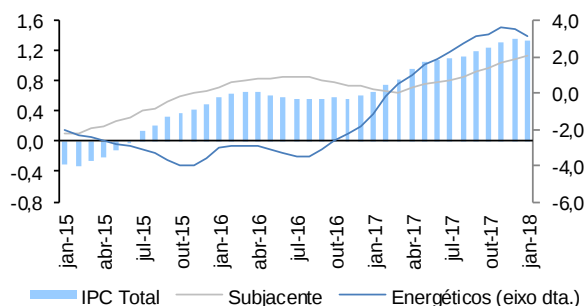


Fonte: INE.

A categoria dos bens foi a principal determinante desta desaceleração, com o IPC dos bens a crescer 0,3% em janeiro (1% em dezembro), enquanto o crescimento do preço dos serviços se manteve inalterado nos 2,1%.

Já o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,9% - valor 0,3 p.p. abaixo do registado em dezembro. Esta evolução reflete um crescimento robusto do IPC de produtos energéticos no mês de janeiro (2,3%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



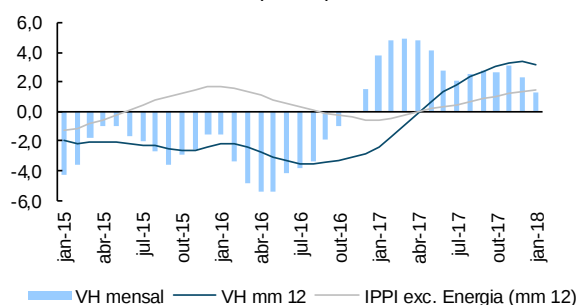
Fonte: INE.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram, à semelhança do mês anterior, o Vestuário e a Acessórios para o Lar (-4,7% e -1,0%, respetivamente). Em sentido contrário, os Transportes e a Restauração/Hotelaria foram as que mais aumentaram (3,2% e 2,5%, respetivamente), sendo que a categoria de Comunicação foi a que teve uma maior aceleração em relação a dezembro (0,5 p.p.).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em janeiro, foi de 1,1%, +0,1 p.p. do que o IPC nacional e 0,5 p.p. abaixo do valor de dezembro. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na área do euro foi de 1,3% (-0,1 p.p. do que em dezembro).

Já o Índice de preços na Produção Industrial apresentou uma variação homóloga positiva de 1,3% em janeiro, desacelerando 0,9 p.p. face a dezembro. Para isso contribuiu a desaceleração do agrupamento de Energia que passou de uma variação homóloga de 4,3% em dezembro para -0,8% em janeiro.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Por outro lado, a componente de Bens Intermédios foi a que teve um maior contributo para a evolução do IPPI, com um crescimento homólogo de 4,1%. Excluindo a componente energética, a variação do IPPI teria sido de +1,9% (1,7% em dezembro).

Já ao nível das secções, as indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio registaram uma variação homóloga de -4%, enquanto a secção de Indústrias Transformadoras registou uma variação 1,7%.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017								2018
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,2	-0,4	-0,7	0,0	0,9	0,3	-0,3	0,0	-1,0
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	1,4	1,5	0,9	0,9	1,1	1,4	1,4	1,5	1,5	1,0
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	1,0	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,3	1,4	1,3
IPC - Bens	VH	"	0,9	1,0	-0,1	0,0	0,3	0,6	0,6	1,3	1,0	0,3
IPC - Serviços	"	"	2,1	2,1	2,4	2,2	2,4	2,5	2,5	1,9	2,1	2,1
IPC Subjacente*	"	"	1,1	1,2	1,1	1,0	1,3	1,3	1,3	1,1	1,2	0,9
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	3,4	4,1	2,7	2,1	2,5	2,7	2,7	3,1	2,2	1,3
IHPC	"	"	1,6	1,7	1,0	1,0	1,3	1,6	1,9	1,8	1,6	1,1
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,1	0,3	-0,3	-0,3	-0,2	0,1	0,5	0,3	0,2	-0,2

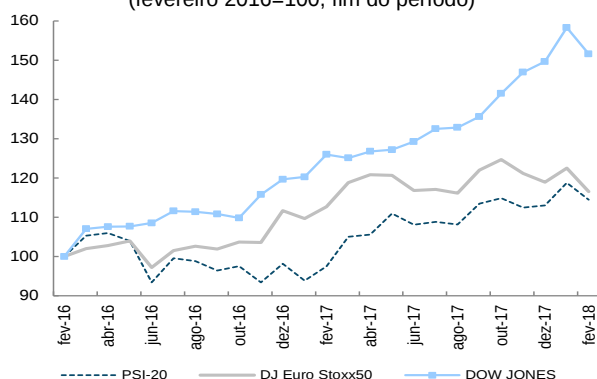
* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos.

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em fevereiro de 2018, os índices bolsistas internacionais evoluíram desfavoravelmente, tendo apresentado uma quebra significativa no início do mês, em contraste com a evolução positiva ao longo de 2017.

Assim, a 23 de fevereiro de 2018 e, face ao final do mês de janeiro, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* desvalorizaram cerca de 5% e 4%, respetivamente, face ao final do mês de janeiro, anulando, em parte, os ganhos obtidos no mês de janeiro.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(fevereiro 2016=100, fim do período)



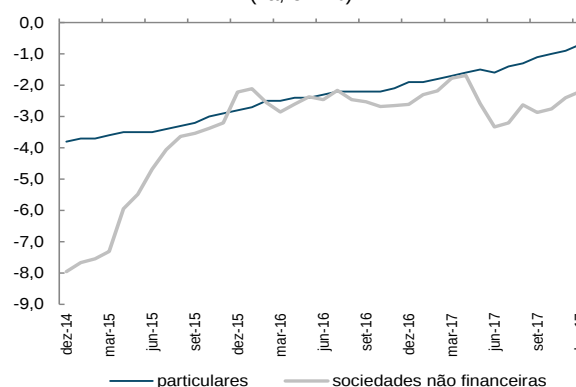
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para fevereiro, o valor é do dia 23.

À semelhança dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 também se depreciou em fevereiro de 2018, tendo caído 3,6% face ao final do mês de janeiro.

Em dezembro de 2017, a variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -1,2% em termos anuais (-1,4% em novembro). Esta melhoria estendeu-se tanto às empresas como às famílias.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, a variação foi de -1,7% em dezembro de 2017 (-1,9% em novembro) devido à melhoria do crédito à habitação melhorou (menos negativa) e ao reforço do crescimento do crédito ao consumo. Já para os empréstimos para outros fins, estes estabilizaram em torno de uma variação de -3% em dezembro de 2017.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

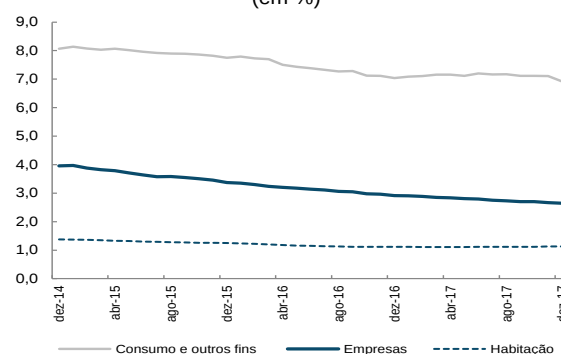


Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito diminuíram quer para os particulares, quer para as empresas; embora esta descida tenha sido mais significativa para o primeiro caso, associado à vertente do consumo e outros fins.

Porém, em termos anuais, a diminuição mais acentuada deu-se nos empréstimos às empresas, cujas taxas diminuíram para 2,65% em dezembro de 2017 (2,92% em dezembro de 2016).

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos
(em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2017	2017								2018
				mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	19	3,1	3,0	2,8	2,8	2,4	2,1	1,9	1,9	1,9
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	149	280	255	231	247	192	170	154	149	127
PSI 20*	VC	CMVM	15,2	5,1	-2,6	0,7	-0,6	4,9	12	-2,1	0,5	5,1
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-17	-2,6	-2,5	-2,4	-2,3	-2,1	-19	-18	-17	:
- para consumo	va**	"	8,9	10,0	8,1	9,0	9,5	9,7	8,5	8,2	8,9	:
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,2	-2,6	-3,3	-3,2	-2,6	-2,9	-2,8	-2,4	-2,2	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,13	1,11	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	1,13	1,13	:
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,65	2,81	2,79	2,75	2,73	2,70	2,70	2,67	2,65	:

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

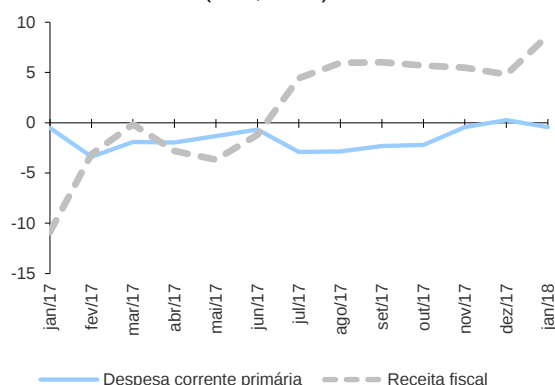
Finanças Públicas

No final do mês de janeiro, a execução orçamental das Administrações Públicas registou um excedente de 775 milhões de euros, valor a que corresponde uma melhoria de 153 milhões de euros relativamente ao saldo apurado no mesmo mês do ano anterior¹. Este resultado assentou principalmente na receita efetiva, cujo crescimento (6,8%) superou o aumento concomitante da despesa efetiva (4,7%)². No mesmo período, o saldo primário cifrou-se num excedente de 1.225 milhões de euros, valor que traduz uma melhoria de 410 milhões de euros face ao mês homólogo do ano anterior. O referido crescimento da receita efetiva foi marcado pelo aumento de 8,1% registado na *Receita Fiscal*, acompanhado, aliás, por um acréscimo de 7,4% nas *Contribuições para a Segurança Social*. No que toca à despesa efetiva destacam-se o aumento de 26,7% na rubrica *Investimentos* e a redução de 6,7% verificada nas *Despesas com o Pessoal*.

Estado

O subsector Estado registou, no final do mês de janeiro, um saldo global negativo de 236 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 250 milhões de euros relativamente ao défice apurado no período homólogo do ano anterior. O saldo primário apresenta um valor negativo de 82 milhões de euros que compara com o défice de 307 milhões de euros registado em idêntico período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



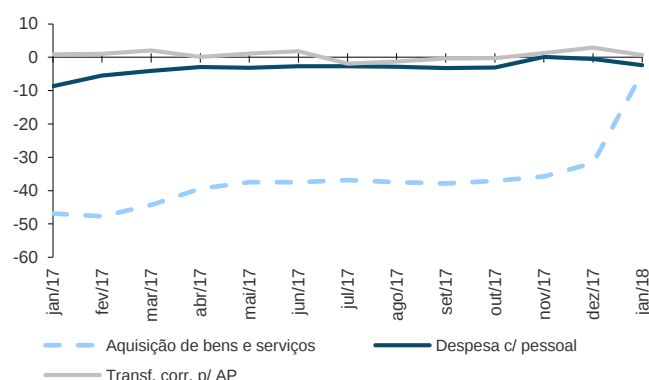
Fonte: DGO.

A referida melhoria do saldo global decorreu da combinação de um acréscimo de 6,5% da receita efetiva com uma redução de 1,4% da despesa efetiva do subsector. O grau de execução da receita efetiva situou-se, entretanto, 0,3 pontos percentuais acima do registado no período homólogo do ano anterior, enquanto o da despesa efetiva ficou 0,1 pontos percentuais abaixo do verificado em igual período.

Para a mencionada evolução da receita efetiva foi determinante o aumento registado na cobrança dos impostos diretos e dos impostos indiretos (12,3% e 6,1%, respetivamente).

O supracitado aumento da despesa efetiva teve como fator preponderante o aumento registado na rubrica *Transferências Correntes para as AP* (0,7%). No mesmo período, merecem destaque as reduções verificadas nas rubricas *Despesas com Pessoal* (2,4% em relação ao período homólogo anterior) e *Aquisição de Bens e Serviços* (4,7%, *idem*).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2017	2018	2017	2018	2018			
	jan		jan		out	nov	dez	jan
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	3 089	3 290	6,7	7,0	3,8	3,5	3,1	6,5
Receita corrente	3 061	3 282	6,7	7,0	3,9	3,6	3,1	7,2
Impostos diretos	1 116	1 254	6,1	6,9	5,4	4,8	3,3	12,3
Impostos indiretos	1 565	1 660	6,7	6,7	5,9	6,0	6,0	6,1
Despesa Efetiva	3 575	3 527	6,8	6,7	-1,8	-0,9	0,1	-1,4
Despesa corrente primária	3 273	3 258	6,7	7,0	5,4	6,0	0,1	-0,4
Despesa corrente	3 452	3 412	6,9	6,8	-2,3	-1,1	-0,3	-1,1
Despesa com pessoal	686	670	7,7	7,3	-3,0	0,1	-0,5	-2,4
Aquisição bens e serviços	26	24	1,2	1,6	-37,1	-35,7	-31,7	-4,7
Subsídios	3	4	2,6	3,4	-31,7	-27,7	-15,8	55,0
Juros	179	154	2,4	2,1	-2,6	-4,5	-3,5	-14,0
Transferências corr. p/ AP	2 306	2 321	8,3	8,3	-0,3	1,3	2,9	0,7
Saldo Global	-487	-236	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	-307	-82	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

A execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) revelou, no final do mês de janeiro, um saldo global positivo de 249 milhões de euros. Este saldo representa uma redução de 185 milhões de euros relativamente ao mês homólogo do ano anterior.

Para este resultado contribuiu um aumento da receita efetiva de 4,3%, insuficiente para cobrir o aumento concomitante da despesa efetiva (15,8%).

O aumento da receita efetiva está associado aos aumentos de 3,8% das receitas provenientes das transferências correntes das Administrações Públicas e de 1,9% nas receitas registadas na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. Quanto à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelo aumento de 2,8% das *Transferências Correntes*. O grau de execução da receita efetiva foi de 7,1%, ligeiramente superior ao da despesa efetiva (6,3%).

As EPR contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 141 milhões de euros. Este valor compara com o excedente de 128 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final do mês de janeiro, um saldo global positivo de 5 milhões de euros, valor que compara com o défice de 17 milhões de euros apurado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 7,9%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 7,7% verificado na rubrica *Outras receitas correntes*, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 4,7%, decorrente, basicamente, do aumento de 7,4% nos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

No período em análise, a execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 42 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 17 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta um crescimento de 1,4% que tem subjacente o aumento de 2,2% verificado na rubrica *Quotas e Contribuições*. A despesa efetiva mostra, por seu lado, uma diminuição de 1,9%, decorrente da descida de 2,1% verificada no montante da rubrica *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2017	2018			2017	2018		
	jan				jan			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	2 200	2 295	7,1	4,3	599	549	5,5	-8,2
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	295	300	7,7	19	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	1390	1442	9,3	3,8	37	46	4,8	24,5
Despesa Efetiva	1766	2 046	6,3	15,8	471	690	6,2	46,7
Despesa com pessoal	482	413	5,8	-14,2	277	233	5,9	-16,1
Aquisição de bens e serviços	404	398	5,1	-14	136	119	3,5	-12,5
Transferências correntes	795	818	7,0	2,8	5	4	5,0	-14,2
Saldo Global	434	249	-	-	128	- 141	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2017	2018				2017	2018		
	jan			jan					
	10 ⁶ euros	VHA (%)	Grau de execução (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		
Receita Efetiva	698	753	7,9	8,0	Receita Efetiva	754	765	1,4	7,3
Receita fiscal	0	0	-	-	Contribuições p/ a CGA	294	300	2,0	7,7
Outra receita corrente	697	751	7,7	8,2	Quotas e contribuições	283	290	2,2	7,7
Receita de capital	1	2	187,5	2,1	Transferências correntes do OE	419	420	0,3	8,0
Despesa Efetiva	715	748	4,7	7,7	Complicação do OE	400	400	:	8,1
Despesa com pessoal	325	326	0,0	8,2	Compensação por pagamento de pensões	19	20	6,3	9,8
Aquisição de bens e serviços	386	415	7,4	7,6	Despesa Efetiva	737	723	-1,9	7,3
Despesa de capital	2	0	-81,3	0,2	Pensões	724	708	-2,1	7,3
Saldo Global	- 17	5	-	-	Saldo Global	17	42	:	:

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

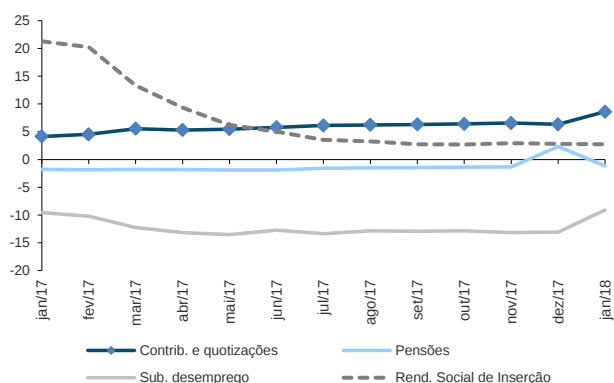
Segurança Social

A execução orçamental do subsector da Segurança Social apresentou, no final do mês de janeiro, um saldo global positivo de 503 milhões de euros, valor que representa uma melhoria de 107 milhões de euros em relação ao mês homólogo do ano anterior.

Para esta evolução contribuiu o crescimento de 5,8% da receita efetiva, superior ao aumento concomitante de 1,4% registado na despesa efetiva.

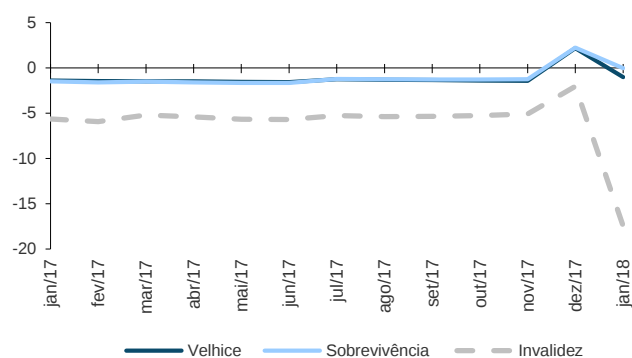
No crescimento da receita efetiva destaca-se o crescimento da receita com origem nas *Contribuições e quotizações* (8,6%). Do lado da despesa efetiva merece destaque a ligeira redução verificada nas *Pensões* (1,1%).

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



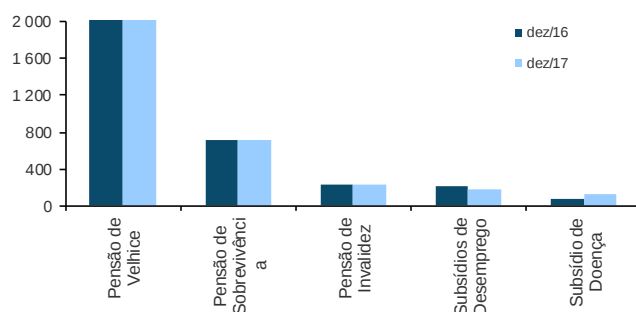
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2017	2018		
	jan			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	2 313	2 447	5,8	8,7
Contribuições e quotizações	1 373	1 491	8,6	9,0
Transferências correntes da Administração Central *	740	695	-6,1	8,1
Despesa Efetiva	1 917	1 944	1,4	7,2
Pensões	1 179	1 166	-1,1	7,0
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	51	50	-1,0	10,7
Subsídio de desemprego e apoio ao emprego	122	111	-9,1	8,2
Prestações e ação social	329	298	-9,4	7,4
Saldo Global	396	503	-	

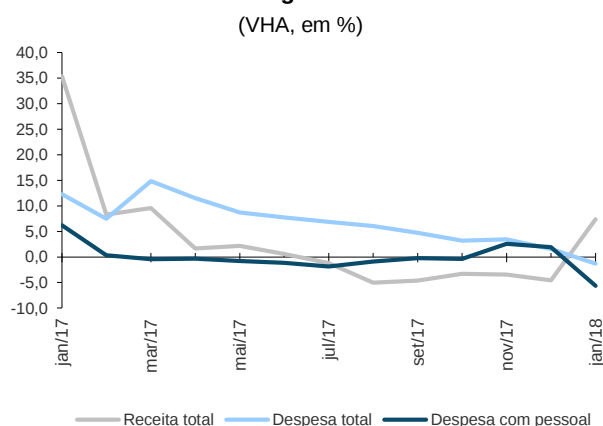
Fonte: DGO.

Administração Regional

No fim do mês de janeiro, a execução orçamental do subsector da Administração Regional registou um saldo global positivo de 90 milhões de euros, valor que compara com o saldo de 70 milhões de euros apurado no mês homólogo do ano anterior.

Esta melhoria resulta da conjugação de um aumento de 7,4% na receita efetiva e de uma redução de 1,3% na despesa efetiva. Na base do crescimento da receita está o aumento de 7,4% verificado nas *Receitas Fiscais*; a diminuição da despesa está associada, basicamente, à redução dos gastos com *Pessoal* (5,6%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional



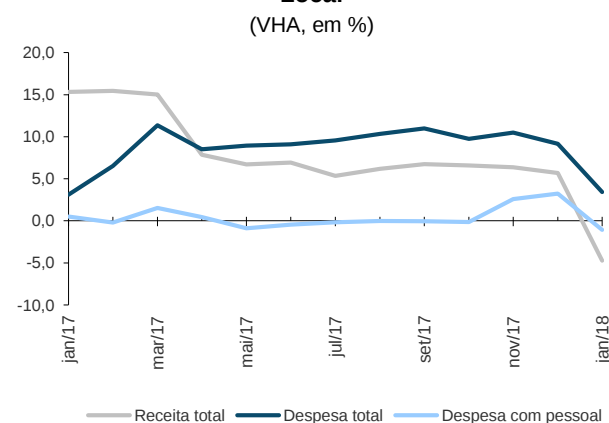
Fonte: DGO.

Administração Local

A execução orçamental do subsector da Administração Local apresentou, no final do mês de janeiro, um saldo global positivo de 169 milhões de euros, inferior ao ao registado no período homólogo do ano anterior (208 milhões de euros).

Este resultado assenta no facto de a receita efetiva ter diminuído 4,7%, enquanto a despesa efetiva cresceu 3,4%. Este aumento da despesa efetiva resultou, principalmente, do elevado crescimento registado pelas despesas de *Investimento* (37,5%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2017	2018		2017	2018	
	jan			jan		
	10 ⁶ euros	VHA (%)		10 ⁶ euros	VHA (%)	
Receita Efetiva	236	253	7,4	569	542	-4,7
Impostos	81	87	7,4	164	168	2,8
Transferências correntes	99	102	-	197	213	8,0
Despesa Efetiva	166	164	-1,3	361	373	3,4
Pessoal	72	68	-5,6	170	168	-1,1
Aquisição de bens e serviços	16	14	-15,8	106	106	-0,3
Transferências correntes	18	24	34,7	27	28	3,6
Investimento	4	0	-93,0	38	52	37,5
Saldo global	70	90	-	208	169	-

Fonte: DGO.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) encerrou o ano de 2017 com o valor de 242.598 milhões de euros. Este valor situa-se ligeiramente abaixo do valor registado no final do mês anterior (menos 197 milhões), mas, ainda assim, superior em 1.640 milhões de euros quando comparado com o final de 2016.

O subsector da Administração Central, principal responsável pelo stock da dívida do sector das Administrações Públicas, contabilizou um aumento inexpressivo do valor da dívida relativamente ao mês anterior (72 milhões de euros) mas encerrou o ano de 2017 com um valor superior em 4.040 milhões de euros relativamente ao registado no final de 2016. Por sua vez, o subsector da Administração Regional e Local voltou a registar uma redução da dívida relativamente a novembro (menos 152 milhões de euros) e encerrou o ano com uma redução nominal da dívida de 484 milhões de euros quando comparada com a do final de 2016.

No final de 2017, os depósitos detidos pela Administração Central situaram-se em 14.503 milhões de euros, representando uma redução de 902 milhões de euros face a novembro de 2016 (menos 5,9%), sugerindo uma aceleração dos pagamentos relacionada com o encerramento do exercício orçamental. No final de 2017, os depósitos situavam-se 2.677 milhões de euros abaixo em relação ao final de 2016.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 nov	2017 dez
Administrações Públicas	240 958	242 795	242 598
Por subsector:			
Administração Central	243 592	247 560	247 632
Administração Regional e Local	10 524	10 192	10 040
Segurança Social	1	1	1
Consolidação entre subsectores	13 160	14 958	15 074
por memória:			
Depósitos da Administração Central	17 180	15 405	14 503

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 dez	2018 jan
Administrações Públicas	1 881	1 660	2 075
Por subsector:			
Administração Central	372	373	630
Administração Regional	409	294	324
Administração Local	1 101	993	1 121
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira do sector das Administrações Públicas aumentou 414 milhões de euros em janeiro (24,9%) face ao mês anterior, fixando-se, em finais de janeiro em 2.075 milhões de euros. Este valor encontra-se 193 milhões de euros acima do valor registado no final de 2016 (10,3%). No início de 2018 o subsector da Administração Central liderou o aumento da dívida não financeira com 256 milhões de euros (68,6%), enquanto os subsectores da Administração Local e da Administração Regional foram responsáveis por um aumento na ordem dos 128 milhões de euros (12,9%) e dos 30 milhões de euros (10,1%), respetivamente. O valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas registou em janeiro um aumento de 115 milhões de euros (10,7%) relativamente ao final de 2017. O valor dos pagamentos em atraso atingiu no final de janeiro o montante de 1.188 milhões de euros.

Os hospitais EPE foram os principais responsáveis pelo aumento do valor dos pagamentos em atraso em janeiro com 114 milhões de euros, sendo responsáveis por cerca de 4/5 do total do valor dos pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 Dez	2017 dez	2018 jan
Administrações Públicas	851	1 073	1 188
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	16	18
SNS	6	7	4
Hospitais EPE	544	837	951
Empresas Públicas Recllassificadas	13	12	12
Administração Regional	120	98	96
Administração Local	150	103	106
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	0	0
Empresas públicas não reclassificadas	3	0	0
Adm. Públicas e outras entidades	854	1 073	1 188

Fonte: DGO.

Dívida Direta do Estado

Em janeiro, o valor da dívida direta do Estado denominada em euros atingiu os 235.057 milhões de euros devido à emissão de 8.207 milhões de euros de novos títulos de dívida pública e de 7.500 milhões de euros de amortizações. Do lado das amortizações destaca-se a amortização de 909 milhões de euros de dívida relacionada com o PAEF e a amortização de 1.690 milhões de euros de Bilhetes do Tesouro. Quanto à emissão de novos títulos de dívida assume preponderância o aumento da dívida transacionável em 2.260 milhões de euros implulsionada pela emissão de uma operação sindicada de Obrigações do Tesouro no montante de 4.000 milhões de euros.

A estrutura da dívida manteve-se quase inalterada, com o peso da dívida transacionável a atingir cerca de 61,2%.

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	30/Dez/17	31/Jan/18
	Saldo	Saldo
Transacionável	141 673	143 933
da qual: Bilhetes do Tesouro	15 458	13 768
da qual: Obrigações do Tesouro	116 832	120 832
Não Transacionável	35 695	34 978
da qual: Cert.Aforro e do Tesouro	26 974	27 070
da qual: CEDIC e CEDIM	4 644	4 125
Prog. de Ajustamento Económico	57 056	56 147
Total	234 424	235 057

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

O programa de colocação de dívida pública prosseguiu em fevereiro com dois leilões de Bilhetes do Tesouro e dois leilões de Obrigações do Tesouro (em janeiro não foi realizado qualquer leilão deste tipo de instrumentos).

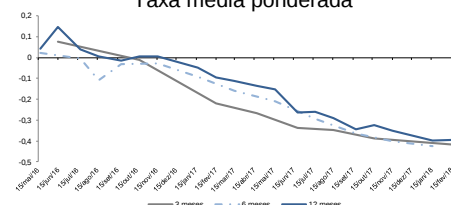
Os dois leilões de Bilhetes do Tesouro, ambos sem fase não competitiva, apresentaram as seguintes características:

- No dia 21 foi colocado um montante de 1.070 milhões de euros, com maturidade em maio de 2018 e uma taxa média ponderada de colocação de -0,417% (-0,389% na última colocação para o mesmo prazo);
- Na mesma data, foi colocado um montante de 1.435 milhões de euros, com maturidade em janeiro de 2019, e uma taxa média ponderada de colocação de -0,393% (-0,398% na última colocação para o mesmo prazo).

No que diz respeito a Obrigações do Tesouro foram igualmente colocadas em fevereiro duas emissões com as seguintes características:

- No dia 14 de fevereiro foi colocado um montante de 1.781 milhões de euros, com maturidade em outubro de 2022 e uma taxa de colocação de 0,577% (0,916% na última colocação para prazo idêntico);
- Na mesma data, foi colocado um montante de 1.639 milhões de euros (inclui 61 milhões de euros da fase não competitiva), com maturidade em outubro de 2028 e uma taxa de colocação de 2,046%, abaixo da taxa da colocação de outubro (2,327%) mas ligeiramente acima da taxa obtida na última colocação para prazo idêntico (1,939%). No entanto, a taxa de juro do cupon é agora de 2,125% quando na última colocação a taxa era de 4,125%.

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



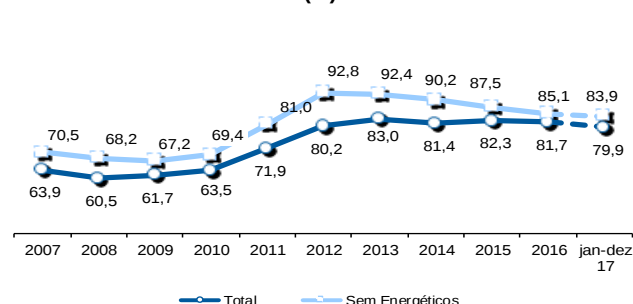
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 10,1%, em termos homólogos, com as importações a crescerem 12,5% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 23,4%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 9%, em termos homólogos e as importações 10,6% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	janeiro a dezembro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	50.022	55.079	10,1	8,3	10,1
Importações (cif)	61.243	68.922	12,5	10,0	12,5
Saldo (fob-cif)	-11.221	-13.843	23,4	16,9	23,4
Cobertura (fob/cif)	81,7	79,9	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	46.895	51.111	9,0	9,1	9,0
Importações (cif)	55.075	60.911	10,6	9,4	10,6
Saldo (fob-cif)	-8.181	-9.801	19,8	10,9	19,8
Cobertura (fob/cif)	85,1	83,9	-	-	-
Extra-EU (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	12.451	14.290	14,8	1,5	14,8
Importações (cif)	13.608	16.375	20,3	13,3	20,3
Saldo (fob-cif)	-1.157	-2.085	80,2	-729,4	80,2
Cobertura (fob/cif)	91,5	87,3	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2017, as exportações representaram 79,9% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 1,8 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 83,9% das importações (-1,2 p.p. que em igual período do ano transa- to).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de dezembro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro a dezembro	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	50 022	55 079	10,1
Importações (cif)	61 243	68 922	12,5
Saldo (fob-cif)	- 11 221	- 13 843	23,4
Cobertura (fob/cif)	81,7	79,9	-
Intra UE			
Exportações (fob)	37 571	40 790	8,6
Importações (cif)	47 635	52 547	10,3
Saldo (fob-cif)	- 10 064	- 11 757	16,8
Cobertura (fob/cif)	78,9	77,6	-
Extra UE			
Exportações (fob)	12 451	14 290	14,8
Importações (cif)	13 608	16 375	20,3
Saldo (fob-cif)	- 1 157	- 2 085	80,2
Cobertura (fob/cif)	91,5	87,3	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No ano de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 16,8% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescerem 8,6% e as importações 10,3%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra UE agravou-se 80,2% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 347	5 348	23,0	3 657	4 344	18,8
fev	4 709	5 177	10,0	4 009	4 356	8,7
mar	5 319	6 142	15,5	4 219	5 241	24,2
abr	4 891	5 415	10,7	4 116	4 122	0,2
mai	5 171	6 279	21,4	4 195	4 873	16,2
jun	5 409	5 792	7,1	4 459	4 751	6,5
jul	5 075	5 743	13,2	4 464	4 662	4,4
ago	4 674	5 271	12,8	3 463	3 944	13,9
set	5 393	5 873	8,9	4 392	4 651	5,9
out	5 255	6 357	21,0	4 332	4 873	12,5
nov	5 510	6 083	10,4	4 660	5 201	11,6
dez	5 489	5 442	-0,8	4 056	4 061	0,1
1º Trim	14 375	16 667	15,9	11 885	13 941	17,3
2º Trim	15 471	17 486	13,0	12 770	13 747	7,7
3º Trim	15 142	16 887	11,5	12 319	13 257	7,6
4º Trim	16 254	17 882	10,0	13 048	14 134	8,3

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº2/2018").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de dezembro de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No ano de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 10,1%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 9%.

A Figura 3.2 apresenta os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em dezembro de 2017.

Nesse período, a generalidade dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (10,1%). Destaca-se o contributo positivo dos “Energéticos”, do “Material de transporte terrestre e suas partes” (ambos com 1,7 p.p.) e das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (1,5 p.p.).

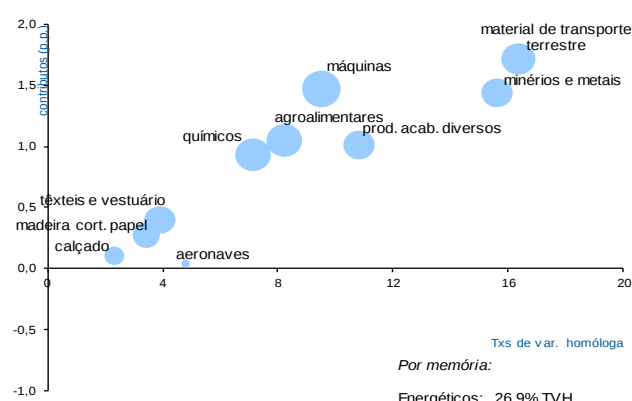
As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos que maior peso tem nas exportações de mercadorias (15,4%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%) e os “Agroalimentares” (12,5%) (Quadro 3.4).

De referir, ainda, os contributos dos “Minérios e metais”, “Agroalimentares” e “Produtos acabados diversos”, para o crescimento das exportações de mercadorias (contributos de 1,4 p.p., 1 p.p. e 1 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2017

(Total: 10,1%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros jan-dez		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		jan-dez		últimos 12 meses ^[1]		jan-dez	
			2016	2017	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017								
Total das Exportações	50 022	55 079	100,0	100,0	100,0	100,0	10,1	10,1	10,1	10,1
Agro-alimentares	6 362	6 886	11,5	12,7	12,7	12,5	8,2	10	8,2	10
Energéticos	3 128	3 969	7,2	6,3	6,3	7,2	26,9	17	26,9	17
Químicos	6 489	6 953	12,5	13,0	13,0	12,6	7,2	0,9	7,2	0,9
Madeira, cortiça e papel	4 012	4 150	8,4	8,0	8,0	7,5	3,4	0,3	3,4	0,3
Têxteis, vestuário e seus acessórios	5 095	5 293	9,8	10,2	10,2	9,6	3,9	0,4	3,9	0,4
Calçado, peles e couros	2 243	2 295	4,1	4,5	4,5	4,2	2,3	0,1	2,3	0,1
Minérios e metais	4 627	5 348	11,2	9,2	9,2	9,7	15,6	14	15,6	14
Máquinas e aparelhos e suas partes	7 721	8 455	14,7	15,4	15,4	15,4	9,5	15	9,5	15
Material de transp. terrestre e suas partes	5 252	6 110	12,4	10,5	10,5	11,1	16,4	17	16,4	17
Aeronaves, embarcações e suas partes	426	446	0,5	0,9	0,9	0,8	4,8	0,0	4,8	0,0
Produtos acabados diversos	4 669	5 174	7,8	9,3	9,3	9,4	10,8	10	10,8	10
Por memória:										
Total sem energéticos	46 895	51 111	92,8	93,7	93,7	92,8	9,0	8,4	9,0	8,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2017.

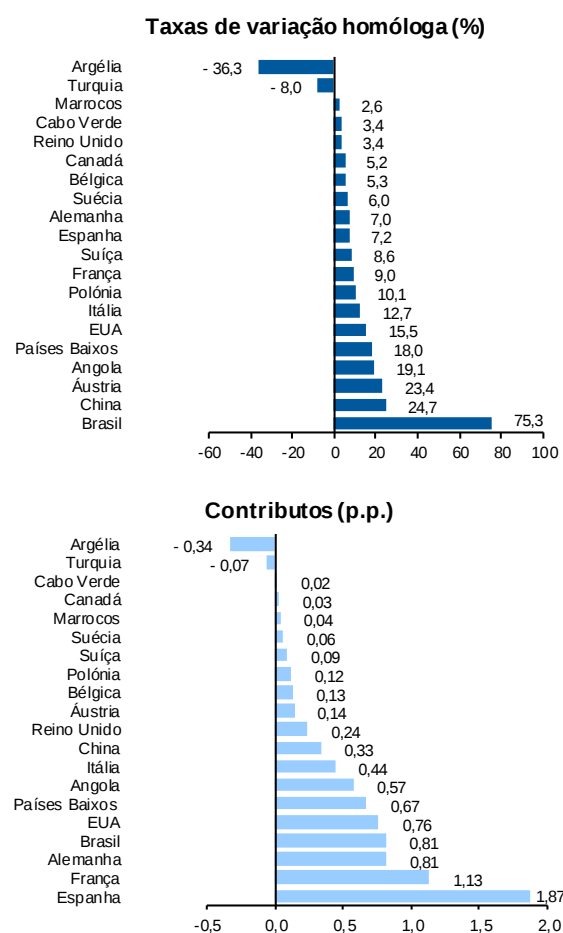
[2] $(\text{jan } 17 - \text{dez } 17) / (\text{jan } 16 - \text{dez } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

No último ano a terminar em dezembro de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 8,6%, em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15 cresceram 8,4% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento aumentaram 10,8%. As exportações para os países terceiros cresceram a um ritmo superior (14,8%) ao das exportações Intra UE (Quadro 3.5).

As exportações para Espanha (1,9 p.p.), França (1,1 p.p.) e Alemanha (0,8 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações, em termos homólogos. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para o Brasil (75,3%), a China (24,7%) e Angola (+19,1%). No mesmo período, destaca-se a quebra das exportações com destino a Argélia (36,3%) e a Turquia (8%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos
Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	jan-dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		jan-dez		12 meses ^[1]		jan-dez	
			2016	2017	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017								
TOTAL	50 022	55 079	100,0	100,0	100,0	100,0	10,1	10,1	10,1	10,1
Intra UE	37 571	40 790	74,5	75,1	75,1	74,1	8,6	6,4	8,6	6,4
dos quais:										
UE-15	35 609	38 615	71,3	71,2	71,2	70,1	8,4	6,0	8,4	6,0
Espanha	12 938	13 876	24,9	25,9	25,9	25,2	7,2	1,9	7,2	1,9
França	6 338	6 885	12,2	12,6	12,6	12,5	9,0	1,1	9,0	1,1
Alemanha	5 836	6 243	11,5	11,7	11,7	11,3	7,0	0,8	7,0	0,8
Reino Unido	3 531	3 651	5,2	7,1	7,1	6,6	3,4	0,2	3,4	0,2
Países Baixos	1 874	2 211	3,7	3,7	3,7	4,0	18,0	0,7	18,0	0,7
Itália	1 726	1 945	3,7	3,5	3,5	3,5	12,7	0,4	12,7	0,4
Bélgica	1 236	1 281	3,2	2,4	2,4	2,3	5,3	0,1	5,3	0,1
Suécia	473	502	1,0	0,9	0,9	0,9	6,0	0,1	6,0	0,1
Áustria	294	362	0,6	0,6	0,6	0,7	23,4	0,1	23,4	0,1
Alargamento	1 962	2 174	3,2	3,9	3,9	3,9	10,8	0,4	10,8	0,4
Polónia	577	635	0,9	1,2	1,2	1,2	10,1	0,1	10,1	0,1
Extra UE	12 451	14 290	25,5	24,9	24,9	25,9	14,8	3,7	14,8	3,7
dos quais:										
EUA	2 465	2 846	3,5	4,9	4,9	5,2	15,5	0,8	15,5	0,8
Angola	1 502	1 789	5,4	3,0	3,0	3,2	19,1	0,6	19,1	0,6
Marrocos	712	731	0,9	1,4	1,4	1,3	2,6	0,0	2,6	0,0
China	676	843	0,9	1,4	1,4	1,5	24,7	0,3	24,7	0,3
Brasil	539	944	1,4	1,1	1,1	1,7	75,3	0,8	75,3	0,8
Suíça	534	580	0,9	1,1	1,1	1,1	8,6	0,1	8,6	0,1
Argélia	464	295	0,8	0,9	0,9	0,5	-36,3	-0,3	-36,3	-0,3
Turquia	423	389	0,7	0,8	0,8	0,7	-8,0	-0,1	-8,0	-0,1
Canadá	281	296	0,5	0,6	0,6	0,5	5,2	0,0	5,2	0,0
Cabo Verde	259	267	0,6	0,5	0,5	0,5	3,4	0,0	3,4	0,0
Por memória:										
OPEP ^[4]	2 514	2 601	7,5	5,0	5,0	4,7	3,4	0,2	3,4	0,2
PALOP	2 118	2 385	6,8	4,2	4,2	4,3	12,6	0,5	12,6	0,5
EFTA	728	777	1,1	1,5	1,5	1,4	6,7	0,1	6,7	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2017.

[2] (jan 17-dez 17)/(jan 16-dez 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

De janeiro a dezembro de 2017, as importações de mercadorias cresceram 12,5%, em termos homólogos (Quadro 3.6).

A generalidade dos grupos de produtos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos produtos “Energéticos” (3 p.p.), das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (2,4 p.p.), dos “Minérios e minerais” (1,7 p.p.), do “Material de transporte terrestre e suas partes” (1,5 p.p.), dos “Agroalimentares” e dos “Químicos”, ambos com (1,4 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (76,2%).

No ano de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 10,3%, em termos homólogos, com as provenientes dos países da UE-15 a crescerem 10,1% e as provenientes dos países do Alargamento 14,8%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 20,3%, em termos homólogos. A China destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3% do total). Seguem-se a Rússia (2,3%) e o Brasil (1,8%).

Quadro 3.7. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			Anual		jan-dez		12 meses ⁽¹⁾		jan-dez	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ⁽²⁾	contrib. p.p. ⁽³⁾	VH	contrib. p.p. ⁽³⁾
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	61 243	68 922	100,0	100,0	100,0	100,0	12,5	12,5	12,5	12,5
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	9 684	10 528	15,0	15,8	15,8	15,3	8,7	14	8,7	14
Energéticos	6 168	8 011	17,5	10,1	10,1	11,6	29,9	3,0	29,9	3,0
Químicos	10 236	11 118	15,9	16,7	16,7	16,1	8,6	14	8,6	14
Madeira, cortiça e papel	2 096	2 205	3,5	3,4	3,4	3,2	5,2	0,2	5,2	0,2
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	4 002	4 215	5,9	6,5	6,5	6,1	5,3	0,3	5,3	0,3
Calçado, peles e couros	1593	1641	2,0	2,6	2,6	2,4	3,0	0,1	3,0	0,1
Minérios e metais	4 868	5 921	8,8	7,9	7,9	8,6	21,6	1,7	21,6	1,7
Máquinas e aparelhos e suas partes	10 367	11 813	15,4	16,9	16,9	17,1	13,9	2,4	13,9	2,4
Material de transp. terrestre e suas partes	7 590	8 480	10,1	12,4	12,4	12,3	11,7	1,5	11,7	1,5
Aeronaves, embarcações e suas partes	816	843	0,4	1,3	1,3	1,2	3,3	0,0	3,3	0,0
Produtos acabados diversos	3 824	4 147	5,3	6,2	6,2	6,0	8,4	0,5	8,4	0,5
Total sem energéticos	55 075	60 911	82,5	89,9	89,9	88,4	10,6	9,5	10,6	9,5
Mercados de origem										
Intra UE	47 635	52 547	78,6	74,8	77,8	76,2	10,3	8,0	10,3	8,0
dos quais:										
UE-15	45 439	50 026	76,2	71,8	74,2	72,6	10,1	7,5	10,1	7,5
Espanha	20 176	22 047	32,8	32,5	32,9	32,0	9,3	3,1	9,3	3,1
Alemanha	8 224	9 450	13,2	12,3	13,4	13,7	14,9	2,0	14,9	2,0
França	4 730	5 111	8,3	7,1	7,7	7,4	8,1	0,6	8,1	0,6
Itália	3 358	3 758	5,8	5,2	5,5	5,5	11,9	0,7	11,9	0,7
Países Baixos	3 122	3 685	5,3	5,2	5,1	5,3	10,0	0,9	10,0	0,9
Reino Unido	1878	1861	3,3	3,1	3,1	2,7	-0,9	0,0	-0,9	0,0
Bélgica	1724	1905	2,9	2,7	2,8	2,8	10,5	0,3	10,5	0,3
Polónia	728	848	0,6	0,9	1,2	1,2	16,6	0,2	16,6	0,2
Suécia	678	649	1,0	1,1	1,1	0,9	-4,2	0,0	-4,2	0,0
Alargamento	2 196	2 521	2,4	3,0	3,6	3,7	14,8	0,5	14,8	0,5
Extra UE	13 608	16 375	21,4	25,2	22,2	23,8	20,3	4,5	20,3	4,5
dos quais:										
China	1819	2 049	2,2	2,7	3,0	3,0	12,6	0,4	12,6	0,4
Rússia	1187	1577	1,0	1,2	1,9	2,3	32,8	0,6	32,8	0,6
Brasil	1054	1219	1,7	1,5	1,7	1,8	15,7	0,3	15,7	0,3
EUA	878	998	1,7	1,6	1,4	1,4	13,6	0,2	13,6	0,2
Angola	810	278	0,3	2,7	1,3	0,4	-65,6	-0,9	-65,6	-0,9
Turquia	529	664	0,6	0,7	0,9	1,0	25,4	0,2	25,4	0,2
Índia	522	622	0,5	0,8	0,9	0,9	19,1	0,2	19,1	0,2
Arábia Saudita	464	589	0,8	1,3	0,8	0,9	26,9	0,2	26,9	0,2
Azerbaijão	455	689	0,0	0,8	0,7	1,0	51,3	0,4	51,3	0,4
Argélia	374	313	0,5	1,2	0,6	0,5	-16,2	-0,1	-16,2	-0,1
Coreia do Sul	326	400	0,5	0,5	0,5	0,6	22,7	0,1	22,7	0,1
Cazaquistão	303	509	0,3	1,4	0,5	0,7	67,7	0,3	67,7	0,3
Japão	299	333	0,6	0,4	0,5	0,5	11,4	0,1	11,4	0,1
OPEP ⁽⁴⁾	2 105	1882	5,8	6,8	3,4	2,7	-10,6	-0,4	-10,6	-0,4
EFTA	384	367	1,8	0,6	0,6	0,5	-4,3	0,0	-4,3	0,0
PALOP	858	336	0,4	2,8	1,4	0,5	-60,9	-0,9	-60,9	-0,9

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em dezembro de 2017.

[2] $(\text{jan } 17 - \text{dez } 17) / (\text{jan } 16 - \text{dez } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(\text{TVH}) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

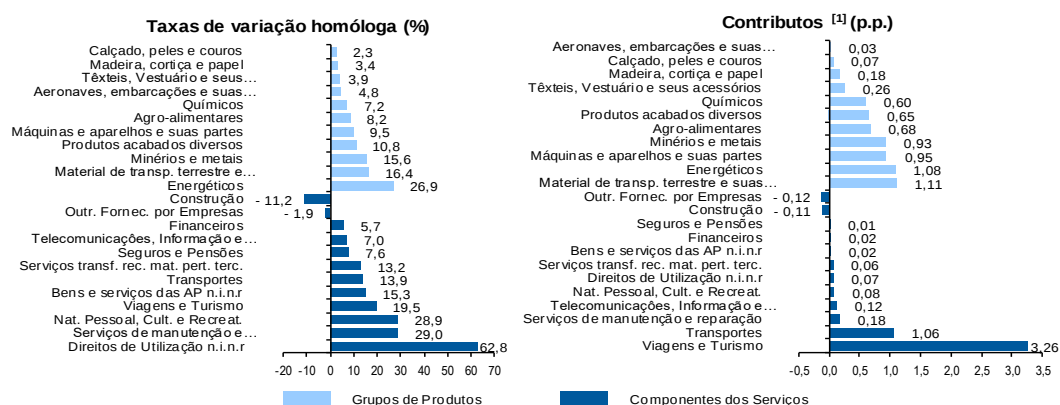
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de dezembro de 2017, as exportações de bens e serviços registaram um crescimento de 11,2% em 2017, em termos homólogos, tendo a componente dos bens registado um maior contributo (6,5 p.p.) para o crescimento das exportações totais.

Nos doze meses de 2017, a componente dos serviços representou 35,9% do total das exportações e contribuiu positivamente (4,7 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das importações, o peso desta componente foi de 18,1% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das importações totais (12,2%) em 1,9 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de bens e de serviços no último ano a terminar em dezembro de 2017, com base em dados do INE para as exportações de bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as exportações de serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das exportações de bens e serviços.

No período em análise, destacou-se o contributo positivo dos produtos "Material de transp. terrestre e suas partes" (1,11 p.p.) e dos "Energéticos" (1,08 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (3,26 p.p.) e de Transportes (1,06 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em dezembro de 2018



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: $TVH \times \text{Peso no período homólogo anterior} + 100$. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (11,2%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	jan-dez		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		jan-dez		média anual 11-16	12 meses [1]		jan-dez	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017		VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	75 828	84 316	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	11,2	11,2	11,2	11,2
Bens	49 104	54 046	68,7	64,8	64,8	64,1	3,0	10,1	6,5	10,1	6,5
Serviços	26 725	30 270	31,3	35,2	35,2	35,9	6,7	13,3	4,7	13,3	4,7
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	371	420	0,5	0,5	0,5	0,5	3,4	33,2	0,1	33,2	0,1
Serv. de manutenção e reparação	461	594	0,6	0,6	0,6	0,7	3,7	29,0	0,2	29,0	0,2
Transportes	5 748	6 548	8,1	7,6	7,6	7,8	2,9	13,9	1,1	13,9	1,1
Viagens e Turismo	12 681	15 353	13,2	16,7	16,7	18,0	9,3	19,5	3,3	19,5	3,3
Construção	724	643	0,9	1,0	1,0	0,8	4,4	-11,2	-0,1	-11,2	-0,1
Seguros e Pensões	125	134	0,2	0,2	0,2	0,2	4,4	7,6	0,0	7,6	0,0
Financeiros	327	345	0,5	0,4	0,4	0,4	1,2	5,7	0,0	5,7	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	86	141	0,1	0,1	0,1	0,2	12,7	62,8	0,1	62,8	0,1
Telecom., Informação e Informática	1339	1433	1,8	1,8	1,8	1,7	10,2	7,0	0,1	7,0	0,1
Outr. Forneç. por Empresas	4 521	4 433	5,2	6,0	6,0	5,3	7,2	-1,9	-0,1	-1,9	-0,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	221	285	0,4	0,3	0,3	0,3	-1,6	28,9	0,1	28,9	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	123	141	0,3	0,2	0,2	0,2	-7,5	15,3	0,0	15,3	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	72 012	80 805	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	12,2	12,2	12,2	12,2
Bens	58 749	66 154	83,4	81,6	81,6	81,9	0,7	12,6	10,3	12,6	10,3
Serviços	13 263	14 651	16,6	18,4	18,4	18,1	3,3	10,5	1,9	10,5	1,9
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	26	35	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	-41,7	0,0	-41,7	0,0
Serv. de manutenção e reparação	346	441	0,3	0,5	0,5	0,5	9,8	27,3	0,1	27,3	0,1
Transportes	3 067	3 604	4,7	4,3	4,3	4,5	-0,8	17,5	0,7	17,5	0,7
Viagens e Turismo	3 850	4 293	4,4	5,3	5,3	5,3	5,3	11,5	0,6	11,5	0,6
Construção	124	115	0,2	0,2	0,2	0,1	1,3	-7,8	0,0	-7,8	0,0
Seguros e Pensões	367	397	0,4	0,5	0,5	0,5	5,6	8,3	0,0	8,3	0,0
Financeiros	481	445	1,0	0,7	0,7	0,6	-6,5	-7,5	0,0	-7,5	0,0
Direitos de Utilização n.i.n.r.	736	767	0,6	1,0	1,0	0,9	11,3	4,3	0,0	4,3	0,0
Telecom., Informação e Informática	962	922	1,2	1,3	1,3	1,1	2,8	-4,2	-0,1	-4,2	-0,1
Outr. Forneç. por Empresas	2 885	3 283	3,0	4,0	4,0	4,1	7,2	13,8	0,6	13,8	0,6
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	276	231	0,6	0,4	0,4	0,3	-8,6	-16,5	-0,1	-16,5	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r.	143	139	0,1	0,2	0,2	0,2	-14,9	-3,2	0,0	-3,2	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até dezembro de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

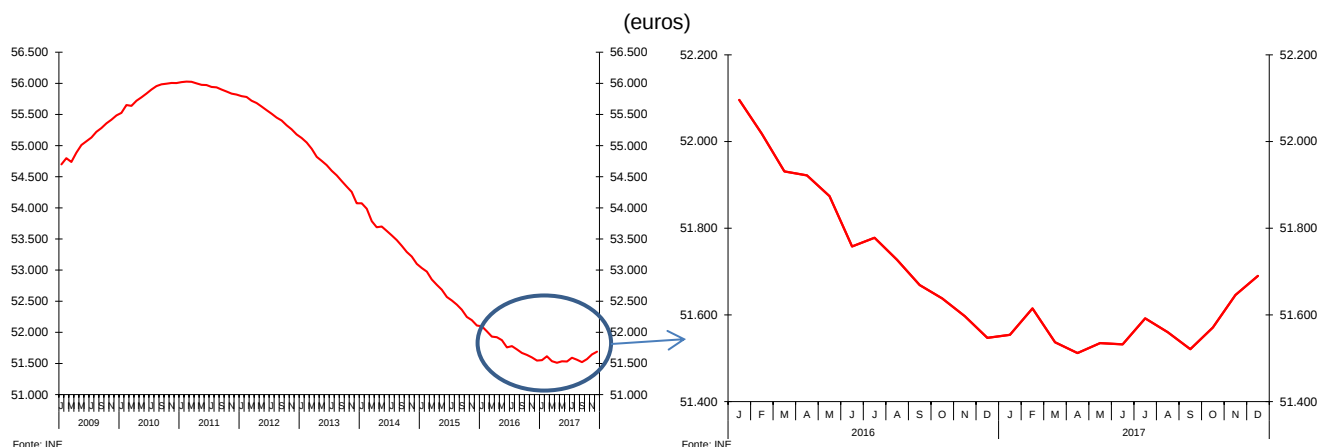
Destaques

A recuperação do crédito à habitação

Rita Tavares da Silva¹

Desde fevereiro de 2011, quando registou o valor máximo de 56.028 euros, que o capital médio em dívida no Crédito à Habitação tinha vindo a baixar consecutivamente até atingir o seu mínimo em abril de 2017 (51.512 euros). No entanto, em maio de 2017, esta tendência inverteu-se e o capital médio em dívida relativo a Crédito à Habitação tem vindo a aumentar (51.690 euros em dezembro de 2017) (Gráficos 1 e 2).

Gráficos 1 e 2 – Capital Médio em Dívida no Crédito à Habitação



Analisando o *stock* do Crédito à Habitação (Gráfico 3), verifica-se que este tem vindo a diminuir continuamente desde o seu valor máximo em março de 2011 (114.501 milhões de euros), atingindo 93.216 milhões de euros em dezembro de 2017, que é valor mais baixo registado desde fevereiro de 2007 (92.990 milhões de euros). No entanto, esta redução de *stock* desacelerou significativamente nos últimos meses, com a taxa de variação anual a passar de -3,7% em novembro de 2016 para -1,2% em dezembro de 2017 (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Stock de Crédito à Habitação

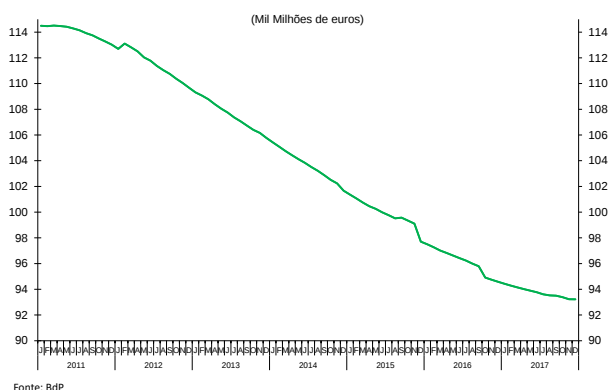
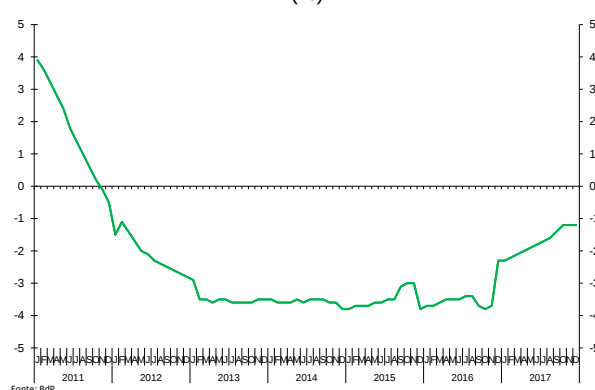
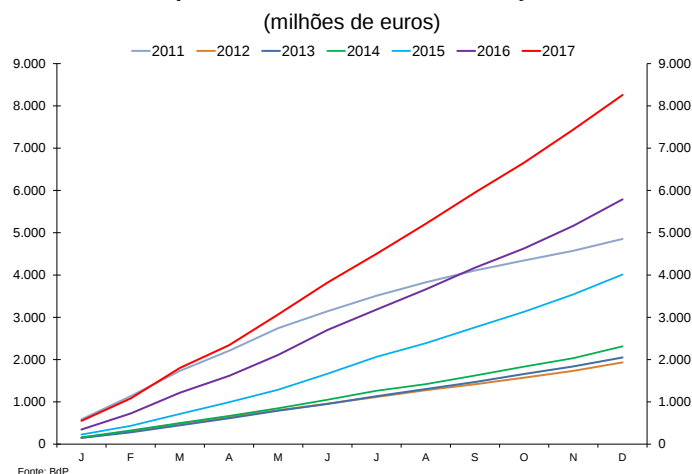


Gráfico 4 – TVA do stock do Crédito à Habitação (%)



Pese embora o *stock* de crédito à habitação tenha vindo a diminuir, o valor acumulado anual dos novos empréstimos de Crédito à Habitação tem vindo a aumentar desde 2013, registando o valor mais elevado dos últimos sete anos (8.259 milhões de euros) em 2017 (Gráfico 5).

¹ Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia. As opiniões expressas não coincidem necessariamente com a posição do Ministério da Economia.

Gráfico 5 – Novos empréstimos de Crédito à Habitação – valor acumulado

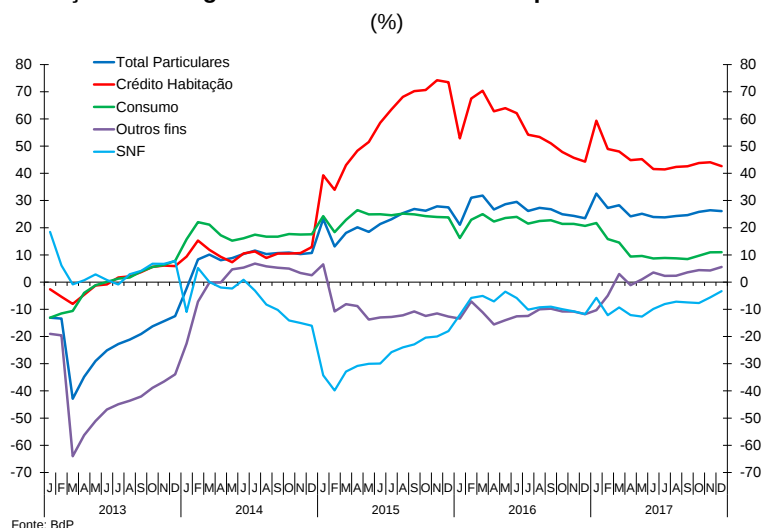
Os novos empréstimos de crédito à habitação registaram taxas de crescimento anuais elevadas, nomeadamente 73,5% em 2015, 44,3% em 2016 e 42,6% em 2017. Comparando com as variações dos restantes empréstimos a Particulares (Consumo e Outros fins) e a Sociedades não Financeiras (SNF), esta categoria tem aumentos muito superiores nos últimos três anos (Tabela 1 e Gráfico 6).

Tabela 1 – Novos empréstimos de Crédito à Habitação
(valor acumulado anual)

	SNF		(valor acumulado anual)						TOTAL	
			Particulares							
			Crédito Habitação		Crédito ao Consumo		Crédito para Outros Fins			
	M€	VHA %	M€	VHA %	M€	VHA %	M€	VHA %	M€	VHA %
2005	56.362	-14,3	17.578	-3,7	3.917	-24,9	6.319	-2,9	84.176	-12,1
2006	58.923	4,5	18.391	4,6	4.435	13,2	7.129	12,8	88.878	5,6
2007	64.265	9,1	19.630	6,7	3.750	-15,4	6.758	-5,2	94.403	6,2
2008	61.787	-3,9	13.375	-31,9	3.842	2,5	5.607	-17,0	84.611	-10,4
2009	46.287	-25,1	9.330	-30,2	3.256	-15,3	4.544	-19,0	63.417	-25,0
2010	45.556	-1,6	10.107	8,3	3.780	16,1	4.063	-10,6	63.506	0,1
2011	44.986	-1,3	4.853	-52,0	2.882	-23,8	3.278	-19,3	55.999	-11,8
2012	45.561	1,3	1.935	-60,1	2.010	-30,3	3.565	8,8	53.071	-5,2
2013	49.108	7,8	2.049	5,9	2.167	7,8	2.357	-33,9	55.681	4,9
2014	41.232	-16,0	2.313	12,9	2.548	17,6	2.417	2,5	48.510	-12,9
2015	33.812	-18,0	4.013	73,5	3.155	23,8	2.111	-12,7	43.091	-11,2
2016	29.836	-11,8	5.790	44,3	3.807	20,7	1.862	-11,8	41.295	-4,2
2017	28.844	-3,3	8.259	42,6	4.225	11,0	1.966	5,6	43.294	4,8

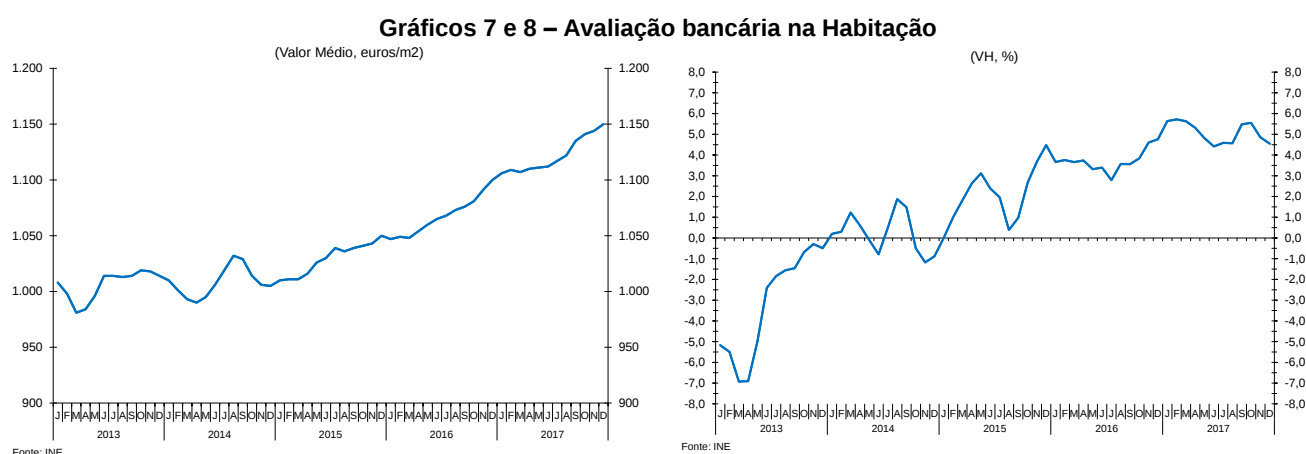
variação 2012-2017 -36,7 326,8 110,2 -44,9 -18,4

Fonte: BdP

Gráfico 6 – Variação homóloga acumulada dos Novos empréstimos de Crédito Habitação

Apesar da concessão dos novos empréstimos à habitação estar a aumentar, o valor do *stock* total de crédito à habitação ainda está a reduzir, o que significa que o ritmo de crescimento dos novos empréstimos ainda é inferior ao ritmo das amortizações dos empréstimos de anos anteriores. No entanto, essa diferença é cada vez menor, como se pode verificar pela desaceleração na redução no *stock* de Crédito à Habitação (Gráfico 4).

A Avaliação Bancária na Habitação tem tido uma tendência semelhante à do capital médio em dívida no Crédito à Habitação na medida em que tem vindo a registar crescimento nos últimos três anos. Em dezembro de 2017 atingiu os 1.150 euros/m², o valor mais alto registado desde junho de 2011 e que representa um crescimento de 17,2% face ao mínimo registado em março de 2013 (981 euros/m²) (Gráfico 7). De facto, a variação homóloga do valor médio da avaliação tem vindo a ser positiva desde início de 2015, atingindo 4,5% em dezembro de 2015, 4,8% em dezembro de 2016 e 4,5% em dezembro de 2017 (Gráfico 8).



Quando as avaliações dos bancos aumentam, o montante que o banco está disponível para emprestar no respetivo crédito à habitação é maior, uma vez que a garantia hipotecária subjacente é de maior valor. Por sua vez, esta avaliação também reflete o valor de mercado dos imóveis, que ao aumentar pode também provocar um aumento do respetivo empréstimo concedido e consequentemente, um aumento do capital médio em dívida no crédito à habitação.

Em resumo, verifica-se que:

- em 2017, o nível de concessão de crédito à habitação foi o mais elevado desde o início da crise financeira, sendo necessário recuar até 2010 para se verificarem valores mais elevados;
- o Crédito à Habitação foi o principal motor da recuperação do crédito ao sector privado, com os novos empréstimos a aumentarem 327% desde o seu valor mínimo em 2012. Apenas o Crédito ao Consumo para Particulares registou também variação positiva (110% desde 2012);
- esta aceleração no novo Crédito à Habitação acaba por ter reflexo na tendência mais recente de crescimento do capital médio em dívida do crédito à habitação. O aumento dos novos empréstimos deve-se, provavelmente, tanto ao aumento do número de operações de crédito como ao aumento do valor de cada empréstimo;
- esta recuperação do Crédito à Habitação poderá ser explicada por vários fatores, tais como, a melhoria da confiança dos consumidores (com a recuperação da economia e do emprego), a continuação das taxas de juro baixas, a valorização do imobiliário com o crescimento do turismo (aquisição de casas por parte de estrangeiros) e com a atribuição dos vistos gold, e o investimento em imobiliário para rentabilização.

Artigos

Em Análise

Comércio externo da Guiné-Bissau e comércio com Portugal: (2012-2016 e janeiro-novembro 2016-2017)

Walter Anatole Marques ¹

1. Nota introdutória

Não tendo sido possível dispor de dados estatísticos relativos ao passado recente do comércio internacional de mercadorias da Guiné-Bissau com origem em fontes nacionais, foram neste trabalho utilizados dados de base do "International Trade Centre" (ITC), no caso dos produtos transacionados entre 2012 e 2016, e de fonte "UNCTAD", estes constantes de publicação de um organismo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no caso dos mercados de origem e de destino das mercadorias em 2015, em ambos os casos construídos a partir de informação fornecida pelos parceiros comerciais do país (*mirror statistics*).

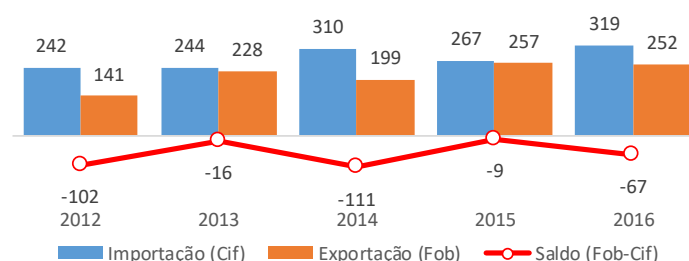
Segue-se uma análise da evolução do comércio de Portugal com a Guiné-Bissau entre 2012 e 2016 e no período de janeiro a novembro de 2016 e 2017, a partir de dados estatísticos de base do Instituto Nacional de Estatística português (INE).

2. Alguns dados sobre o comércio externo da Guiné-Bissau

Balança Comercial de mercadorias da Guiné-Bissau (2012-2016)

milhões de Euros

	2012	2013	2014	2015	2016
Importação (Cif)	242	244	310	267	319
t.v.h.	-	0,6	27,2	-14,1	19,5
Exportação (Fob)	141	228	199	257	252
t.v.h.	-	62,3	-12,7	28,8	-2,0
Saldo (Fob-Cif)	-102	-16	-111	-9	-67
t.v.h.	-	-84,7	613,6	-91,4	602,6
Cobertura (Fob/Cif) (%)	58,1	93,6	64,3	96,4	79,1



Fonte: "International Trade Centre" (ITC) - "mirror statistics".

2.1. Balança Comercial

A balança comercial da Guiné-Bissau é deficitária, tendo-se aproximado a taxa de cobertura (Fob/Cif) das importações pelas exportações de um equilíbrio em 2013 (93,6%) e em 2015 (96,4%), para se situar em 79,1% em 2016, de acordo com os dados disponíveis. Em 2016, as importações terão crescido em valor +19,5% face ao ano anterior e as exportações decrescido -2%, com o défice a atingir -67 milhões de euros.

2.2. Exportações e importações de mercadorias

As principais **exportações** da Guiné-Bissau assentam em produtos agrícolas, essencialmente castanha de caju (de que é um dos maiores produtores e exportadores mundiais), mas também peixe congelado,

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

tendo o grupo de produtos **“Agroalimentares”** representado mais de 95% das exportações totais em 2016, de acordo com os dados disponíveis (ver a definição do conteúdo dos grupos de produtos em quadro anexo).

O segundo grupo com maior peso em 2016 foi o dos **“Minérios e metais”** (4,1%), essencialmente ouro e minérios de alumínio.

Entre 2012 e 2015 destacaram-se também as exportações do grupo **“Madeira, cortiça e papel”**, essencialmente constituídas por madeira em bruto, que registaram uma quebra acentuada em 2016.

**Exportações de mercadorias da Guiné-Bissau
por Grupos de Produtos
(2012-2016)**

milhares de Euros

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016
TOTAL	140 741	228 397	199 499	257 032	251 896
A - Agro-alimentares	122 548	210 191	156 890	235 927	240 280
<i>Castanha de cajú</i>	<i>116 477</i>	<i>149 005</i>	<i>142 212</i>	<i>211 198</i>	<i>191 717</i>
<i>Peixe congelado</i>	<i>4 981</i>	<i>52 293</i>	<i>12 987</i>	<i>19 852</i>	<i>15 406</i>
B - Energéticos	528	0	1	9	0
C - Químicos	5 982	1 078	2 844	33	42
D - Madeira, cortiça e papel	5 572	7 791	37 647	16 003	150
E - Têxteis e vestuário	178	8	8	16	180
F - Calçado, peles e couros	39	30	0	0	0
G - Minérios e metais	5 222	6 601	1 365	4 273	10 249
H - Máq., aparelhos e partes	544	195	301	336	487
I - Mat. transp. terr. e partes	39	51	33	205	196
J - Aeronaves, embarc. e partes	0	0	0	54	0
K - Produtos acabados diversos	89	2 452	410	176	312

Fonte: "International Trade Centre" (ITC) - "mirror statistics".

As **importações**, muito diversificadas, encontram a sua maior expressão também no grupo **“Agroalimentares”** (41,3% do total em 2016), principalmente cereais, bebidas alcoólicas, gorduras e óleos, leite e laticínios, açúcar, café, chá e especiarias, farinhas, preparações e conservas de carne, peixe, crustáceos e moluscos, carnes e tabaco manufaturado, entre outros.

Seguiu-se o grupo **“Máquinas, aparelhos e partes”** (10,8%), destacando-se aqui as importações de máquinas e aparelhos elétricos, como grupos eletrogéneos com motor de pistão ou a diesel de potência > 375 KVA, aparelhos para receção, emissão, conversão ou transformação de voz, imagens ou outros dados, televisores a cores, telefones para redes celulares e outras sem fio, pilhas e baterias de óxido de mercúrio, e máquinas e aparelhos mecânicos, como aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores-congeladores e suas partes, compressores de ar rebocáveis, partes de máquinas automáticas para tratamento de dados e congeladores horizontais, entre outros.

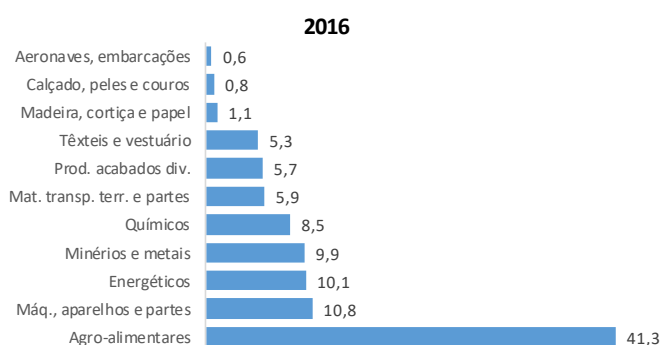
Seguiu-se o grupo **“Energéticos”** (10,1%), essencialmente constituído por produtos refinados do petróleo, como gasolina, gasóleo e *fuel*.

**Importações de mercadorias na Guiné-Bissau
por Grupos de Produtos
(2012-2016)**

milhares de Euros

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016
TOTAL	242 389	243 919	310 267	266 521	318 565
A - Agro-alimentares	75 250	94 960	98 859	95 893	131 583
B - Energéticos	42 801	45 413	92 002	38 346	32 192
C - Químicos	16 458	22 800	24 917	31 348	27 030
D - Madeira, cortiça e papel	4 349	4 422	3 529	2 995	3 645
E - Têxteis e vestuário	9 360	4 541	8 394	8 752	16 740
F - Calçado, peles e couros	685	901	1 347	1 294	2 526
G - Minérios e metais	40 909	31 239	31 314	31 261	31 663
H - Máq., aparelhos e partes	31 396	22 188	28 273	27 282	34 254
I - Mat. transp. terr. e partes	10 287	8 101	8 570	10 580	18 860
J - Aeronaves, embarc. e partes	511	269	134	144	1 894
K - Produtos acabados diversos	10 383	9 085	12 928	18 626	18 178

Peso dos Grupos de Produtos no Total das importações (%)



Fonte: "International Trade Centre" (ITC) - "mirror statistics".

No grupo **“Minérios e metais”** (9,9%), destaque para as importações de ferro e aço e suas obras, cimentos Portland, alumínio e suas obras, obras diversas de metais comuns e ferramentas.

No grupo **“Químicos”** (8,5%) inserem-se principalmente as importações de plásticos, sabões e outras preparações de limpeza e velas, produtos farmacêuticos, tintas e vernizes, borracha e suas obras e produtos de perfumaria e cosmética.

No grupo **“Material de transporte terrestre e partes”** (5,9%), destacam-se as importações de veículos para o transporte de mercadorias, travões e servo-freios, automóveis de passageiros, ciclomotores, motocicletas até 250cc e veículos para tração de pequenos atrelados.

Seguiu-se o grupo **“Produtos acabados diversos”** (5,7%), incluindo produtos muito diversificados, principalmente mobiliário, candeeiros e outros aparelhos de iluminação, produtos cerâmicos, mármore e granito trabalhados, telhas e ladrilhos, obras de asfalto em rolos, instrumentos e aparelhos de ótica, de medida ou de precisão, instrumentos médico-cirúrgicos, vidro e suas obras, entre outros.

No grupo **“Têxteis e vestuário”** (5,3% do total em 2016), salientaram-se as importações de artefactos têxteis confeccionados, calçado e artefactos de uso semelhante, usados, de tecidos estampados de fios de filamentos artificiais, de linhas de fibras sintéticas para costurar, de fibras de *nylon* para fiação, de fios simples de fibras acrílicas não acondicionados para venda a retalho, e de vestuário e acessórios de malha, entre outros.

Por fim, com menor expressão, alinham-se os grupos **“Madeira, cortiça e papel”** (1,1%), **“Calçado, peles e couros”** (0,8%) e **“Aeronaves, embarcações e partes”** (0,6%).

2.3. Principais mercados de destino e de origem

Em 2015, o principal mercado de destino das exportações guineenses foi a Índia (81,6%), seguida do Vietname (12,9%), da China (7,2%) e do Togo (5,6%). Portugal foi o destino de apenas 0,1% das exportações guineenses.

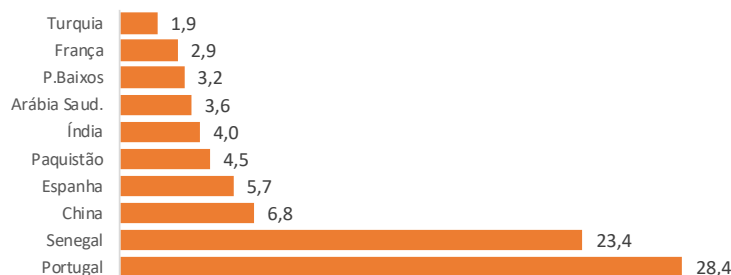
Mercados de destino das exportações da Guiné-Bissau (%) -2015



Fonte: Invest & Export, Brasil - Ministério das Relações Exteriores, com base em dados UNCTAD; excepto para o Vietname, país repescado na base de dados do ITC - Por memória: Portugal, 0,1%.

No mesmo ano, o principal mercado de origem das importações foi Portugal (28,4% do total), seguido do Senegal (23,4%), da China (6,8%), Espanha (5,7%), Paquistão (4,5%), Índia (4%), Arábia Saudita (3,6%), Países Baixos (3,2%), França (2,9%) e Turquia (1,9%).

Mercados de origem das importações da Guiné-Bissau (%) -2015



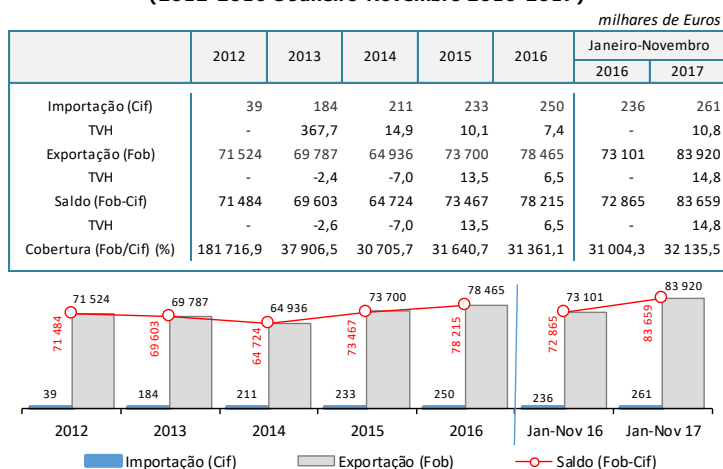
Fonte: Invest & Export, Brasil - Ministério das Relações Exteriores, com base em dados UNCTAD.

3. Trocas comerciais de Portugal com a Guiné-Bissau: 2016-2016 e janeiro-novembro 2016-2017

Para as trocas comerciais de Portugal com a Guiné-Bissau vão agora ser utilizadas estatísticas do Instituto Nacional de Estatística de Portugal, com dados definitivos para os anos de 2012 a 2015, provisórios para 2016 e preliminares para o período de janeiro a novembro de 2017.

3.1. Balança Comercial

Balança Comercial Portugal - Guiné-Bissau (2012-2016 e Janeiro-Novembro 2016-2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-1-2018; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

A Balança Comercial com a Guiné-Bissau é fortemente favorável a Portugal, com um elevadíssimo grau de cobertura das importações pelas exportações.

No período de janeiro a novembro de 2017 as importações, num montante de apenas 261 mil euros, cresceram +10,8% face ao período homólogo do ano anterior e as exportações +14,8%, com um saldo positivo da Balança Comercial de 83,7 milhões de euros, +14,8% face ao ano precedente.

3.2. Importações

O grupo de produtos com maior peso no total das importações ao longo dos últimos anos tem sido o dos **“Minérios e metais”**, mas no período em análise de 2017 assistiu-se a um reforço substancial do grupo dos produtos **“Agroalimentares”**, que atingiu 84,6% do total, contra 13,3% do primeiro.

As importações de produtos agrícolas incidiram principalmente na castanha de cajú, seguida de sucos e extratos vegetais. Os minérios reportam-se essencialmente a desperdícios e resíduos de ferro.

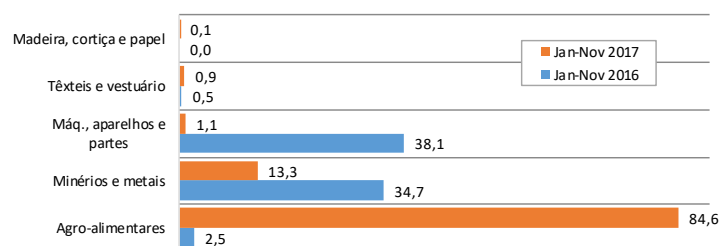
Importações de mercadorias com origem na Guiné-Bissau por Grupos de Produtos

(2012-2016 e Janeiro-Novembro 2016 -2017)

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	milhares de Euros		
						Jan-Nov		
						2016	2017	%
TOTAL	39	184	211	233	250	236	261	100,0
A - Agro-alimentares	20	18	8	7	6	6	221	84,6
B - Energéticos	0	0	0	0	0	0	0	0,0
C - Químicos	0	1	1	6	0	0	0	0,0
D - Madeira, cortiça e papel	0	42	3	0	0	0	0	0,1
E - Têxteis e vestuário	3	2	0	1	1	1	2	0,9
F - Calçado, peles e couros	0	0	0	0	0	0	0	0,0
G - Minérios e metais	7	75	187	136	88	82	35	13,3
H - Máq., aparelhos e partes	9	33	0	13	91	90	3	1,1
I - Mat. transp. terr. e partes	0	9	0	5	14	7	0	0,0
J - Aeronaves, embarc. e partes	0	0	0	0	0	0	0	0,0
K - Produtos acabados diversos	0	5	12	66	51	50	0	0,0

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(Janeiro-Novembro de 2016 e 2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-1-2018; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

3.3. Exportações

O grupo de produtos dominante nas exportações portuguesas para a Guiné-Bissau nos primeiros onze meses de 2017 foi o dos **“Energéticos”** (41,7% do total), principalmente gasóleo, gasolina e *jet-fuel*, mas também óleos diversos.

Exportações de mercadorias com destino à Guiné-Bissau por Grupos de Produtos

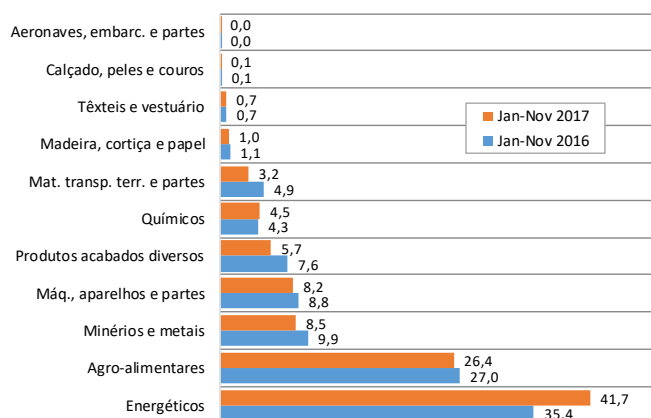
(2012-2016 e Janeiro-Novembro 2016 -2017)

milhares de Euros

Grupos de produtos	2012	2013	2014	2015	2016	Jan-Nov		
						2016	2017	%
TOTAL	71 524	69 787	64 936	73 700	78 465	73 101	83 920	100,0
A - Agro-alimentares	14 910	15 785	18 523	18 571	21 073	19 771	22 124	26,4
B - Energéticos	34 858	31 704	26 030	26 053	28 605	25 899	35 026	41,7
C - Químicos	2 350	2 198	2 709	2 998	3 271	3 124	3 742	4,5
D - Madeira, cortiça e papel	690	653	714	840	838	824	830	1,0
E - Têxteis e vestuário	1 306	809	925	823	574	519	580	0,7
F - Calçado, peles e couros	286	52	146	145	119	104	73	0,1
G - Minérios e metais	4 920	6 387	5 537	6 936	7 449	7 224	7 145	8,5
H - Máq., aparelhos e partes	5 506	6 241	4 239	6 122	6 906	6 446	6 889	8,2
I - Mat. transp. terr. e partes	2 756	2 036	2 292	2 802	3 740	3 594	2 683	3,2
J - Aeronaves, embarc. e partes	475	12	11	4	11	11	5	0,0
K - Produtos acabados diversos	3 470	3 909	3 808	8 406	5 879	5 583	4 823	5,7

Peso dos Grupos de Produtos no Total (%)

(Janeiro-Novembro 2016-2017)



Fonte: A partir de dados de base divulgados pelo INE, com última actualização em 9-1-2018; 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios e 2017 preliminares (<http://www.ine.pt>).

Seguiu-se o grupo **“Agroalimentares”** (26,4%), com destaque para a cerveja, vinho e outras bebidas alcoólicas, leite e lacticínios, gorduras e óleos, carnes e miudezas comestíveis, preparações à base de cereais e preparações de frutas e de produtos hortícolas.

Do grupo **“Minérios e metais”** (8,5%), foram exportados principalmente cimentos hidráulicos, ferro, aço, alumínio e suas obras, obras diversas de metais comuns e ferramentas.

O grupo **“Máquinas, aparelhos e partes”** (8,2% do total), inclui produtos muito diversificados. Destacam-se as bombas de ar e compressores, as máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, as bombas para líquidos, os refrigeradores e congeladores, os “bulldozers” e outras máquinas para obras públicas, as máquinas e aparelhos de uso agrícola, as máquinas de impressão, as máquinas-ferramentas para trabalhar pedra, produtos cerâmicos ou vidro, as torneiras e válvulas e os aparelhos de ar-condicionado.

Entre os dispositivos elétricos predominaram os grupos eletrogéneos e conversores rotativos, os fios e cabos, os transformadores, os motores e geradores, os emissores de rádio e TV, os díodos e outros semi-condutores, os aparelhos para interrupção, seccionamento e proteção, os aparelhos de sinalização, os quadros elétricos e cabinas e os telefones.

No grupo **“Produtos acabados diversos”** (5,7%), destaca-se o mobiliário, os produtos cerâmicos, o mármore, granito e suas obras, elementos pré-fabricados para construção, ladrilhos e pedra de cantaria ou construção, blocos e tijolos.

As exportações do grupo **“Químicos”** (4,5%) centraram-se nos plásticos, produtos farmacêuticos, tintas e vernizes, adubos, sabões, ceras e velas, produtos de perfumaria e cosmética e borracha e suas obras.

No grupo **“Material de transporte terrestre e partes”** (3,2% do total), as principais exportações incidiram nos veículos para o transporte de mercadorias, automóveis de passageiros, partes e peças de veículos, reboques e tratores.

Os restantes grupos de produtos têm peso pouco significativo: **“Madeira, cortiça e papel”** (1%), **“Têxteis e vestuário”** (0,7%), **“Calçado, peles e couros”** (0,1%) e **“Aeronaves, embarcações e partes”** (0,02%).

ANEXO

Definição do conteúdo dos Grupos de Produtos (Nomenclatura Combinada / Sistema Harmonizado)

Grupos de Produtos		NC-2 / SH-2
A	Agro-alimentares	01 a 24
B	Energéticos	27
C	Químicos	28 a 40
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
H	Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
I	Material de transporte terrestre e partes [1]	86, 87
J	Aeronaves, embarcações e partes [2]	88, 89
K	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[2] Inclui estruturas flutuantes.

Comércio internacional da pesca, conservas e outros produtos do mar (2012-2017)

Walter Anatole Marques ¹

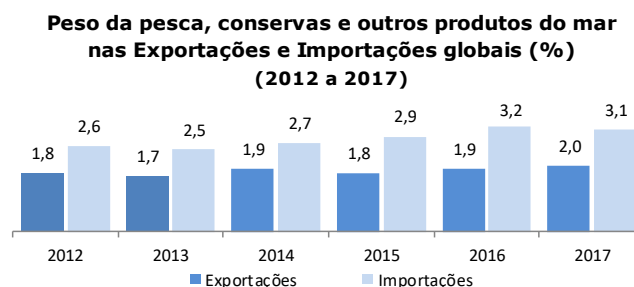
1. Nota introdutória

Portugal é detentor de uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) do mundo, tendo apresentado às Nações Unidas, em maio de 2009, uma proposta de extensão da sua plataforma continental das 200 para as 350 milhas, aguardando-se que a pretensão seja analisada naquela Organização, o que, a ser aceite, alargará a ZEE para mais de 3 milhões de Km². Contudo, a balança comercial da pesca, conservas e outros produtos do mar é deficitária.

No presente trabalho pretende-se analisar a evolução das trocas comerciais portuguesas com o exterior, a partir de dados de base divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para os anos de 2012 a 2017, designadamente dos agregados “Peixe”, “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos”, “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”, “Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos”, “Produtos da pesca impróprios para a alimentação humana”, “Sal, águas-mãe de salinas e algas”, e “Extratos e sucos de carnes de peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos”.

2. Peso do sector no comércio internacional global

De acordo com os dados disponíveis, as exportações portuguesas de produtos da pesca, conservas e outros produtos do mar, atingiram em 2017 o maior peso ao longo dos últimos seis anos (2%), no contexto das exportações globais. Por sua vez as importações, com um valor duplo das exportações, representaram neste ano 3,1% do total (3,2% em 2016).



*Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares, com última actualização em 09-01-2018.
(<http://www.ine.pt>)*

3. Balança Comercial

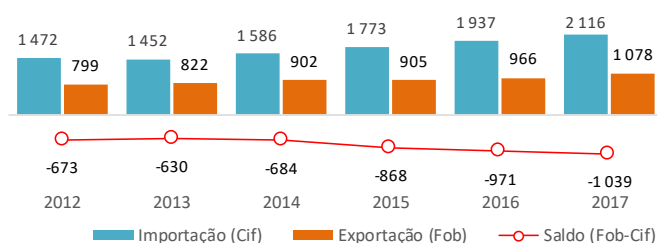
De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em versão definitiva para os anos de 2012 a 2015, provisória para 2016 e preliminar para 2017, com última atualização em 9-2-2018, a balança comercial da pesca, conservas e outros produtos do mar foi deficitária, com um grau de cobertura das importações pelas exportações da ordem dos 50% nos três últimos anos.

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

**Balança comercial da pesca, conservas
e outros produtos do mar ^[1]**

milhões de Euros e %

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Importação (Cif)	1 472	1 452	1 586	1 773	1 937	2 116
t.v.h.	-	-1,4	9,2	11,8	9,2	9,3
Exportação (Fob)	799	822	902	905	966	1 078
t.v.h.	-	2,9	9,7	0,3	6,8	11,5
Saldo (Fob-Cif)	-673	-630	-684	-868	-971	-1 039
t.v.h.	-	-6,4	8,6	27,0	11,8	7,0
Cobertura (Fob/Cif) (%)	54,3	56,6	56,9	51,0	49,9	50,9



[1] Não inclui transações, em princípio pouco significativas, consideradas confidenciais por parte de alguns operadores.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares, com última actualização em 09-02-2018 (<http://www.ine.pt>)

Entre os agregados de produtos considerados destacam-se, nas duas vertentes comerciais, o “Peixe”, os “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos” e as “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”.

Peso relativo dos agregados de produtos (%)

		2012	2013	2014	2015	2016	2017
Importação	Peixe	67,2	65,8	62,4	65,1	63,3	61,2
	Crustác./ moluscos	23,0	21,7	25,4	25,1	25,8	27,2
	Conservas	7,9	10,7	10,0	8,2	8,9	9,8
	Outros [1]	1,9	1,7	2,2	1,7	2,0	1,7
Exportação	Peixe	48,5	49,1	47,9	49,2	49,6	48,3
	Crustác./ moluscos	24,9	22,1	27,0	27,4	27,3	28,2
	Conservas	23,3	26,6	23,0	21,1	20,8	21,6
	Outros [1]	3,3	2,3	2,1	2,4	2,4	1,9

[1] Inclui Gorduras e óleos, Prod. Impróprios para alimentação, Sal, águas-mãe e algas, e Extratos e sucos

Os agregados em que a Balança foi favorável a Portugal foram “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”, ao longo dos últimos seis anos, “Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos”, de 2012 a 2015, e “Produtos da pesca impróprios para a alimentação humana”, apenas em 2012.

**Balança comercial das componentes da pesca,
conservas e outros produtos do mar
(milhões de Euros)**

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Peixe						
Importação (Cif)	989	955	990	1 154	1 225	1 296
Exportação (Fob)	387	403	432	445	479	520
Saldo (Fob-Cif)	-602	-552	-558	-709	-747	-776
Cobertura (Fob/Cif) (%)	39,1	42,2	43,7	38,6	39,1	40,1
Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos						
Importação (Cif)	338	315	403	444	500	576
Exportação (Fob)	199	181	243	248	263	304
Saldo (Fob-Cif)	-139	-134	-159	-196	-237	-272
Cobertura (Fob/Cif) (%)	58,8	57,5	60,4	55,8	52,7	52,7
Conservas de peixe, crustáceos e moluscos						
Importação (Cif)	116	156	159	145	172	208
Exportação (Fob)	186	219	207	191	201	233
Saldo (Fob-Cif)	70	63	48	45	29	25
Cobertura (Fob/Cif) (%)	160,7	140,1	130,4	131,3	116,6	112,2
Gorduras e óleos de peixe e de mamíferos marinhos						
Importação (Cif)	2,1	2,3	5,8	4,3	8,4	4,2
Exportação (Fob)	4,0	4,3	6,6	6,5	4,5	0,7
Saldo (Fob-Cif)	1,9	2,0	0,8	2,1	-3,9	-3,5
Cobertura (Fob/Cif) (%)	191,4	186,5	113,9	148,9	53,7	15,9
Produtos da pesca impróprios para alimentação humana						
Importação (Cif)	13,0	10,0	10,7	8,9	9,8	10,1
Exportação (Fob)	13,1	5,1	4,5	6,6	8,6	8,5
Saldo (Fob-Cif)	0,1	-4,9	-6,2	-2,3	-1,2	-1,7
Cobertura (Fob/Cif) (%)	100,9	51,1	42,3	73,9	87,9	83,5
Sal, águas-mãe de salinas e algas						
Importação (Cif)	13,1	12,4	17,2	16,1	20,5	21,5
Exportação (Fob)	9,4	9,2	8,0	8,6	10,1	11,3
Saldo (Fob-Cif)	-3,7	-3,2	-9,2	-7,5	-10,4	-10,2
Cobertura (Fob/Cif) (%)	71,8	74,5	46,5	53,5	49,2	52,4
Extractos e sucos [1]						
Importação (Cif)	0,36	0,50	0,55	0,75	0,76	0,55
Exportação (Fob)	0,03	0,01	0,00	0,01	0,03	0,04
Saldo (Fob-Cif)	-0,33	-0,49	-0,54	-0,74	-0,73	-0,51
Cobertura (Fob/Cif) (%)	7,2	1,2	0,9	1,6	3,6	6,8

[1] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos, 2016 provisórios, 2017 preliminares, com última actualização em 09-02-2018 (<http://www.ine.pt>)

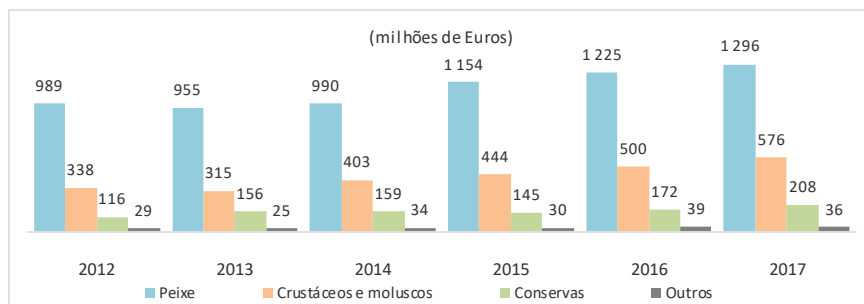
4. Importações

Após uma ligeira quebra em 2013, as importações do conjunto dos produtos da pesca, conservas e outros produtos do mar cresceram sustentadamente até 2017, tendo registado um acréscimo de +43,8% face a 2012.

Importações da pesca, conservas e outros produtos do mar ^[1]
- 2012 a 2017 -

milhões de Euros

NC	Produtos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Total	1 471,5	1 451,6	1 585,5	1 773,0	1 936,9	2 116,2
	Peixe	989,0	955,2	989,5	1 153,6	1 225,4	1 295,9
0301	Peixes vivos	14,8	14,0	10,1	8,5	12,7	10,0
0302	Peixe fresco ou refrigerado excl. filetes	227,9	236,0	261,0	302,1	309,4	334,8
0303	Peixe congelado excl. filetes e conservas	343,4	334,1	342,3	415,5	435,1	474,4
0304	Filetes e outra carne de peixe	89,2	88,7	99,5	111,9	114,1	122,5
0305	Peixe seco, salgado, salmoura ou fumado	313,7	282,4	276,6	315,5	354,0	354,2
	Crustáceos moluscos e outros invert. aquáticos	338,2	315,2	402,8	444,3	500,0	576,2
0306	Crustáceos, excluindo conservas	157,6	156,7	216,2	222,5	245,6	257,0
0307	Moluscos, excluindo conservas	180,2	158,3	186,3	221,4	254,0	318,6
0308	Outros invertebrados aquáticos	0,4	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5
	Conservas de peixe, crustáceos e moluscos	115,7	156,0	159,0	145,1	172,1	207,8
1604	Peixe; caviar e semelh. a partir de ovas	101,8	143,2	141,2	118,3	133,2	161,9
1605	Crustáceos, moluscos e outr. invert. aquát.	13,9	12,7	17,8	26,8	39,0	45,8
1504	Gorduras e óleos de peixe e mamíf. marinhos	2,1	2,3	5,8	4,3	8,4	4,2
	Prod. pesca impróprios p/alimentação humana	13,0	10,0	10,7	8,9	9,8	10,1
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	4,8	5,6	4,4	3,2	4,3	3,5
[3]	Produtos denominados "solúveis"	8,2	4,4	6,3	5,7	5,5	6,6
[4]	Sal, águas-mãe de salinas e algas	13,1	12,4	17,2	16,1	20,5	21,5
1603	Extractos e sucos de carnes [5]	0,4	0,5	0,5	0,7	0,8	0,6



[1] Não inclui transações, em princípio pouco significativas, consideradas confidenciais por alguns operadores.

[2] 23012000 [3] 23099010 [4] NC 121221+121229+2501.

[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 provisórios, 2017 preliminares, com última actualização em 09-02-2018 (<http://www.ine.pt>).

Nas importações de “Peixe”, o conjunto de produtos dominante, assumem particular relevância as de “Peixe seco, salgado, em salmoura ou fumado”, ou seja, de bacalhau, que nos dois últimos anos atingira os 354 milhões de euros, ou seja, um pouco menos de metade das importações de todo o peixe fresco e refrigerado, excluindo filetes e conservas.

De acordo com os dados disponíveis, o principal fornecedor de bacalhau em 2017, em todos os estados, com predominância do bacalhau seco ou salgado, foi a Suécia, com 182,6 milhões de euros, ou seja 36,4% do total (mais de 40% nos três anos anteriores).

Sabe-se que a maior parte do bacalhau consumido em Portugal tem a sua origem na Noruega, país extracomunitário limítrofe da Suécia, mas os dados estatísticos disponíveis apontam para um fornecimento de apenas 58 mil euros em 2017.

Tudo indica que a prevalência da Suécia entre os principais fornecedores de Portugal contabilizados pelo INE reside no facto de ser um país de “introdução em livre prática” na União Europeia do bacalhau destinado a Portugal, após cumpridas as formalidades aduaneiras.

Aliás, consultada a base de dados do Eurostat, verifica-se que em 2016 a Suécia terá importado da Noruega 40 mil toneladas de bacalhau seco e salgado, tendo exportado para Portugal mais de 33 mil toneladas.

O próprio “Conselho Norueguês da Pesca” (*Norwegian Seafood Council-NSC*) aponta para cerca de 44 mil toneladas a quantidade de bacalhau salgado seco e verde exportado para Portugal em 2016.

No segundo agrupamento de produtos com maior peso, “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos”, com predomínio dos crustáceos e moluscos, também se assistiu, após uma quebra das importações em 2013, a um crescimento sustentado a partir de então.

Seguiram-se as “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”, com destaque para as de “Peixe, caviar e semelhantes a partir de ovas”, com um comportamento crescente desde 2012, aparte uma ligeira quebra em 2015.

Com menor peso no total, seguiram-se o “Sal, águas-mãe de salinas e algas”, os “Produtos da pesca impróprios para a alimentação humana”, onde se incluem as farinhas, pós e “pellets” e os chamados produtos “solúveis”, as “Gorduras e óleos de peixe e mamíferos marinhos” e, residualmente, os “Extratos e sucos de carnes”, de peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

4.1. Mercados de origem

Em termos globais, em 2017 os principais fornecedores de produtos da pesca, conservas e outros produtos do mar foram a Espanha (38,2%), a Suécia (10,3%, com uma forte componente de 84% em bacalhau), os Países Baixos (9,6%), a China (4,6%) e a Dinamarca (3,1%), conjunto de países fornecedores de cerca de 2/3 do total importado por Portugal neste ano.

**Principais mercados de origem da pesca,
conservas e outros produtos do mar em 2017 (%)**
- 2012 a 2017 -

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Intra UE-28	73,7	73,5	74,0	72,5	71,3	69,7
Extra UE-28	26,3	26,5	26,0	27,5	28,7	30,3
Espanha	41,9	41,9	41,2	39,4	38,7	38,2
Suécia	13,3	12,2	14,2	13,2	11,7	10,3
P. Baixos	8,5	8,2	8,8	9,8	9,7	9,6
China	4,1	4,0	3,5	4,0	3,9	4,6
Dinamarca	1,7	3,1	2,0	2,8	3,1	3,1
Índia	2,2	2,0	2,7	2,3	2,4	2,6
Grécia	2,0	2,0	1,8	2,0	2,2	2,3
Rússia	2,4	1,4	1,1	1,4	1,7	2,1
Alemanha	1,9	1,5	1,6	1,4	1,7	2,1
Vietname	2,1	2,3	2,1	2,2	2,1	1,8
Moçambique	0,5	0,7	1,0	1,1	1,3	1,6
França	1,7	2,1	1,9	1,7	1,7	1,6
África do Sul	1,4	1,5	1,4	1,5	1,4	1,6
Marrocos	1,3	2,5	1,2	2,5	1,9	1,4
Namíbia	0,8	1,0	1,1	1,4	1,3	1,2
R. Unido	1,2	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Equador	0,3	0,7	0,7	0,5	0,7	1,0
Senegal	0,5	0,9	1,2	0,9	1,0	1,0
Mauritânia	1,0	0,5	1,2	0,5	0,3	0,9
Maurícias	0,2	0,2	0,1	0,3	0,6	0,9
Turquia	0,0	0,0	0,0	0,2	0,5	0,7
Chile	0,4	0,5	0,3	0,4	0,7	0,7
Tanzânia	0,7	0,5	0,6	0,8	0,7	0,7
Itália	0,7	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7
EUA	2,7	1,1	0,8	1,4	1,0	0,7
Argentina	0,4	0,5	0,7	0,6	0,7	0,6
Indonésia	0,4	1,3	0,9	0,8	1,0	0,5
N. Zelândia	0,4	0,4	0,5	0,4	0,6	0,5
% do Total >>>	94,8	94,7	94,2	95,3	94,3	94,1

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística -
2012 a 2015 definitivos; 2016 provisórios; 2017 preliminares;
com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).

Os principais fornecedores dos três conjuntos de produtos dominantes, liderados largamente pela Espanha, foram:

- **Peixe:** Espanha (32,3%), Suécia (16,8%), Países Baixos (13,9%), Dinamarca (4,9%), Grécia (3,7%), China e Rússia (3,5% cada), Alemanha (2,6%), Namíbia (2%) e África do Sul (1,9%).
- **Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos:** Espanha (45,8%), Índia (9,2%), China (7,9%), Moçambique (5,8%), Mauritânia (3,3%), Marrocos (3%), Reino Unido e França (2,7% cada).
- **Conservas de peixe, crustáceos e moluscos:** Espanha (50,7%), Maurícias (8,9%), Vietname (8,8%), Equador (5,8%), Países Baixos (4,2%), Alemanha (3,9%), Marrocos (2,8%), Coreia do Sul (2,7%) e China (2,3%).

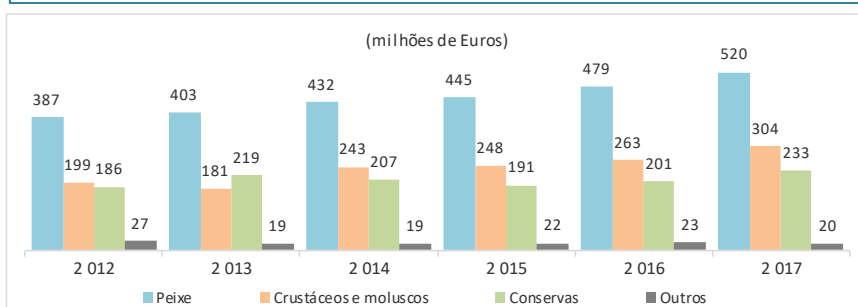
5. Exportações

As exportações de produtos da pesca, conservas e outros produtos do mar cresceram sustentadamente ao longo dos últimos seis anos, com um crescimento de +34,9% em 2017, face ao valor que detinham, em 2012. As maiores exportações incidiram no “Peixe”, seguidas das de “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos” (excluindo as conservas), e das “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”.

Exportações da pesca, conservas e outros produtos do mar ^[1]
- 2012 a 2017 -

milhões de Euros

NC	Produtos	2012	2013	2014	2015	2016	2017
	Total	798,6	821,9	901,9	904,8	966,1	1 077,5
	Peixe	387,0	403,4	432,0	444,8	478,8	520,0
0301	Peixes vivos	7,0	4,6	2,6	3,1	3,4	4,4
0302	Peixe fresco ou refrigerado excl. filetes	129,2	110,4	117,9	131,0	138,5	152,2
0303	Peixe congelado excl. filetes e conservas	115,9	148,3	174,7	175,2	194,7	210,5
0304	Filetes e outra carne de peixe	63,0	69,2	72,2	74,2	80,2	91,3
0305	Peixe seco, salgado, salmoura ou fumado	72,0	70,8	64,4	61,3	62,1	61,6
	Crustáceos moluscos e outros invert. aquáticos	199,0	181,4	243,5	247,8	263,3	303,9
0306	Crustáceos, excluindo conservas	68,9	56,2	77,2	97,5	86,5	90,5
0307	Moluscos, excluindo conservas	130,0	125,1	166,1	149,0	173,2	209,4
0308	Outros invertebrados aquáticos	0,1	0,1	0,2	1,3	3,6	4,0
	Conservas de peixe, crustáceos e moluscos	185,9	218,5	207,4	190,5	200,7	233,2
1604	Peixe; caviar e semelh. a partir de ovas	178,3	206,6	193,0	175,2	188,8	220,9
1605	Crustáceos, moluscos e outr. invert. aquát.	7,6	11,9	14,4	15,4	11,9	12,2
1504	Gorduras e óleos de peixe e mamíf. marinhos	4,0	4,3	6,6	6,5	4,5	0,7
	Prod. pesca impróprios p/alimentação humana	13,1	5,1	4,5	6,6	8,6	8,5
[2]	Farinhas, pós e "pellets"	1,7	4,0	4,4	6,1	7,6	7,5
[3]	Produtos denominados "solúveis"	11,4	1,1	0,1	0,4	1,0	1,0
[4]	Sal, águas-mãe de salinas e algas	9,4	9,2	8,0	8,6	10,1	11,3
1603	Extractos e sucos de carnes [5]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0



[1] Não inclui transações, em princípio pouco significativas, consideradas confidenciais por alguns operadores.

[2] 23012000 [3] 23099010 [4] NC 121221+121229+2501.

[5] De peixe, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos.

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 provisórios, 2017 preliminares, com última actualização em 09-02-2018 (<http://www.ine.pt>).

Nas exportações de “Peixe”, o conjunto de produtos dominante, que atingiu 520 milhões de euros em 2017, destacam-se as de “Peixe congelado excluindo filetes e conservas”, seguidas das de “Peixe fresco ou refrigerado, excluindo filetes”.

O segundo agrupamento de produtos com maior peso foi o de “Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos”, com predomínio dos “Moluscos, excluindo conservas” e em terceiro lugar surgem as “Conservas de peixe, crustáceos e moluscos”, com destaque para as de “Peixe, caviar e semelhantes a partir de ovas”.

À semelhança da vertente das importações, com menor peso no total, seguiram-se o “Sal, águas-mãe de salinas e algas”, os “Produtos da pesca impróprios para a alimentação humana”, onde se incluem as farinhas, pós e “pellets” e os chamados produtos “solúveis”, as “Gorduras e óleos de peixe e mamíferos marinhos” e, residualmente, com um peso relativamente insignificante, os “Extractos e sucos de carnes” (de peixes, crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos).

5.1. Mercados de destino

Também do lado das exportações é a Espanha o principal mercado de destino, com 51,6% do total em 2017.

**Principais mercados de destino da pesca,
conservas e outros produtos do mar em 2017 (%)**
- 2012 a 2017 -

	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Intra UE-28	78,0	75,5	78,8	79,3	82,0	81,3
Extra UE-28	22,0	24,5	21,2	20,7	18,0	18,7
Espanha	51,2	48,2	52,1	48,9	50,5	51,6
Itália	7,5	8,9	8,8	10,5	12,9	12,6
França	11,1	10,2	10,0	10,4	9,9	9,1
Brasil	8,6	8,4	8,0	6,3	5,9	7,1
R. Unido	4,4	4,0	4,0	4,9	4,3	3,6
EUA	2,3	2,5	2,7	3,4	2,7	3,0
Angola	4,5	6,4	4,6	3,4	3,2	2,3
Suíça	0,9	1,1	1,2	1,3	1,4	1,4
Alemanha	0,7	0,8	0,7	0,7	0,9	1,0
Canadá	1,0	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9
Bélgica	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,7
China	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,7
Luxemburgo	0,4	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5
Moçambique	0,6	1,0	0,7	0,6	0,4	0,5
P.Baixos	0,5	0,4	0,4	0,5	0,3	0,4
Áustria	0,5	0,5	0,4	0,4	0,2	0,3
Polónia	0,1	0,2	0,3	0,8	0,3	0,3
Japão	0,5	0,5	0,6	0,4	0,5	0,3
Macau	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3
Prov.Bordo Terc.	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Vietname	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,2
% do Total >>>	95,8	95,8	97,1	95,8	96,8	97,1

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística -
2012 a 2015 definitivos; 2016 provisórios; 2017 preliminares;
com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).

Seguiram-se a Itália (12,6%), França (9,1%), o Brasil (7,1%), o Reino Unido (3,6%), os EUA (3%) e Angola (2,3%).

Nos três conjuntos de produtos dominantes, apenas no âmbito das “Conservas” a Espanha foi ultrapassada, pela França:

- **Peixe:** Espanha (54,3%), Itália (13,4%), Brasil (13,3%), França (5,1%) e Angola (2,3%).
- **Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos:** Espanha (85,1%), Itália (4,1%), França (2,6%), EUA (2,3%) e Angola (2%).
- **Conservas de peixe, crustáceos e moluscos:** França (26,2%), Espanha (22%), Reino Unido (14,1%), Itália (12,5%), Angola (3,2%), EUA (2,9%) e Brasil (2,2%).

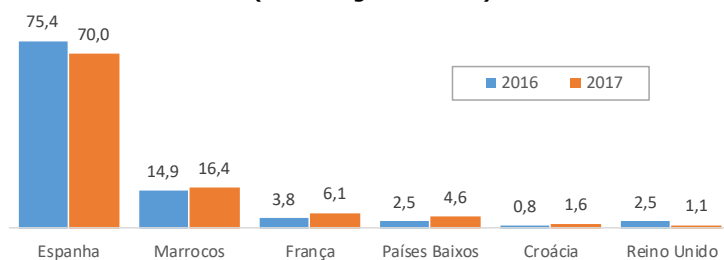
6. Importação e exportação de sardinha

Recentemente, face à acentuada redução do *stock* de sardinha na última década, o Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), advogou a proibição, já a partir de 2018, da sua pesca em Portugal e Espanha num período longo, o que não se verificou, tendo as autoridades portuguesas tomado medidas para manter a pesca da sardinha em níveis que permitam uma recuperação.

O principal mercado de origem em Portugal das importações de sardinha fresca, refrigerada ou congelada, nos dois últimos anos, foi a Espanha (75,4% em 2016 e 70% em 2017).

Seguiram-se Marrocos (14,9% e 16,4%), a França (3,8% e 6,1%), os Países Baixos (2,5% e 4,6%), a Croácia (0,8% e 1,6%) e o Reino Unido (2,5% e 1,1%)

**Principais mercados de origem da importação de sardinha fresca, refrigerada ou congelada
(Porcentagem do Total)**



Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 provisórios; 2017 preliminares; com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).

Nos quadros seguintes pode observar-se a evolução do comércio português da sardinha fresca, congelada ou em conserva, entre 2012 e 2017.

**Balança Comercial da sardinha fresca ou refrigerada e congelada
- 2012 a 2017 -
(milhares de Euros)**

NC		2012	2013	2014	2015	2016	2017
03024310	Espécie "pilchardus"						
	- Fresca ou refrigerada						
	Importação (Cif)	14 031	10 189	13 327	13 872	12 764	9 462
	Exportação (Fob)	8 873	7 529	6 889	7 390	9 226	10 166
	Saldo (Fob-Cif)	-5 158	-2 660	-6 438	-6 482	-3 538	705
	Coertrura (Fob/Cif)	63,2	73,9	51,7	53,3	72,3	107,4
	- Congelada						
	Importação (Cif)	22 286	18 951	17 164	18 648	19 874	18 724
	Exportação (Fob)	7 103	6 587	6 472	5 169	6 251	7 781
	Saldo (Fob-Cif)	-15 183	-12 364	-10 692	-13 479	-13 623	-10 942
	Coertrura (Fob/Cif)	31,9	34,8	37,7	27,7	31,5	41,6
03025310	Espécie "sardinops" e "sardinella spp."						
	- Fresca ou refrigerada						
	Importação (Cif)	2 504	971	1 298	2 541	1 039	1 610
	Exportação (Fob)	209	244	14	40	204	38
	Saldo (Fob-Cif)	-2 295	-727	-1 285	-2 501	-835	-1 572
	Coertrura (Fob/Cif)	8,3	25,1	1,0	1,6	19,6	2,3
	- Congelada						
	Importação (Cif)	1 549	794	664	511	898	740
	Exportação (Fob)	929	771	488	312	167	228
	Saldo (Fob-Cif)	-620	-23	-177	-199	-731	-513
	Coertrura (Fob/Cif)	60,0	97,1	73,4	61,0	18,6	30,7

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 provisórios; 2017 preliminares; com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).

**Balança Comercial das Conservas de Sardinha
- 2012 a 2017 -
(milhares de Euros)**

NC		2012	2013	2014	2015	2016	2017
16041311	Total						
	Importação (Cif)	3 155	6 798	3 063	2 223	3 640	5 590
	Exportação (Fob)	71 364	84 419	58 959	55 478	52 642	53 004
	Saldo (Fob-Cif)	68 209	77 621	55 896	53 255	49 001	47 414
	Coertrura (Fob/Cif)	2 262,1	1 241,8	1 924,6	2 495,8	1 446,1	948,2
	- Inteira/pedaços, em azeite						
	Importação (Cif)	248	483	601	465	1 228	1 263
	Exportação (Fob)	26 507	32 593	23 794	23 972	24 831	26 857
	Saldo (Fob-Cif)	26 259	32 110	23 193	23 507	23 603	25 594
	Coertrura (Fob/Cif)	10 679,1	6 743,0	3 958,8	5 157,7	2 021,4	2 126,6
16041319	- Inteira/pedaços, excl. em azeite						
	Importação (Cif)	2 907	6 315	2 462	1 758	2 412	4 327
	Exportação (Fob)	44 856	51 826	35 166	31 506	27 810	26 147
	Saldo (Fob-Cif)	41 950	45 512	32 703	29 748	25 398	21 820
	Coertrura (Fob/Cif)	1 543,3	820,7	1 428,1	1 792,0	1 153,1	604,2

Fonte: A partir de dados de base do Instituto Nacional de Estatística - 2012 a 2015 definitivos; 2016 provisórios; 2017 preliminares; com última actualização em 9-2-2018 (<http://www.ine.pt>).

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 20 de fevereiro de 2018	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 20 de fevereiro de 2018 destacam-se os seguintes temas: ▪ Orçamento da União Europeia – Processo de quitação: O Conselho aprovou uma recomendação ao Parlamento Europeu sobre a quitação a dar à Comissão pela execução do orçamento geral da UE para 2016. O Conselho adotou igualmente recomendações sobre a quitação a ser dada a 32 agências "descentralizadas" da UE, 6 agências de execução e 8 empresas comuns para a implementação dos seus orçamentos de 2016. ▪ Orçamento da EU – Orientações para 2019: O Conselho adotou as conclusões que estabelecem as orientações orçamentais para 2019, apelando a um orçamento prudente, com recursos adequados para apoiar as prioridades, deixando margens suficientes para lidar com circunstâncias imprevistas. A disciplina orçamental deve ser mantida a todos os níveis, e o quadro financeiro plurianual da UE (revisto recentemente) deve ser respeitado. O Conselho recorda igualmente a necessidade de solidariedade e o uso transparente e efetivo do orçamento para reforçar a credibilidade da UE junto dos seus cidadãos. O orçamento da UE deve procurar: i) aumentar o crescimento e promover o emprego; ii) reforçar a coesão e a atividade agricultura na UE; iii) promover a competitividade; e iv) abordar a dimensão interna e externa da migração, os desafios de segurança e a protecção das fronteiras externas da UE. Destaca-se também, no domínio dos serviços financeiros, a aprovação pelo COREPER, no dia 14 de fevereiro, do compromisso alcançado previamente com o Parlamento Europeu quanto à proposta de Diretiva que altera a Diretiva (UE) 2016/97 sobre a distribuição de seguros, no que respeita às datas de transposição e de aplicação por parte dos estados-membros.
Cluster Industrial exportador – Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas Conselho de Ministros de 8 de fevereiro	Aprovou o projeto Windfloat faz parte da Estratégia Industrial para as Energias Renováveis Oceânicas, que assume como objetivo principal criar as condições para a emergência de um novo <i>cluster</i> industrial exportador.
Inovação – Afirmação de Portugal na Europa através do conhecimento e inovação constitui a primeira prioridade do XXI Governo Conselho de Ministros de 15 de fevereiro	Reforçou do modelo de crescimento e afirmação de Portugal na Europa através do conhecimento e inovação constitui a primeira prioridade do XXI Governo.
Crescimento sustentado - Inovação - Competitividade e Produtividade Conselho de Ministros de 15 de fevereiro	Reforçou uma estratégia de inovação para Portugal exige dar especial atenção às pessoas, ao conhecimento e à sua transferência para a economia, como elementos centrais para um programa assente no conhecimento, na tecnologia e na criação de valor dos produtos e serviços nacionais.
Recomendações do relatório da OCDE	Definiu uma estratégia de médio e longo prazo que assume como objetivo a convergência do país para a Europa do conhecimento até 2030. No âmbito

Iniciativa	Sumário
apresentado a 9 de fevereiro – Convergência do país para a Europa do conhecimento Conselho de Ministros de 15 de fevereiro	dessa estratégia, o Conselho de Ministros aprovou hoje um conjunto de iniciativas legislativas e programáticas que vêm dar resposta às recomendações do relatório da OCDE apresentado a 9 de fevereiro, reforçando as orientações adotadas durante os últimos anos nos domínios do ensino superior, ciência e inovação.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Domínio da Inclusão Social e Emprego Portaria n.º 41/2018 - Diário da República n.º 23/2018, Série I de 2018-02-01	Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.
Gás de petróleo liquefeito – Comercialização de gás de petróleo liquefeito Decreto-Lei n.º 5/2018 - Diário da República n.º 24/2018, Série I de 2018-02-02	Estabelece os critérios definidores do processo de receção, devolução e troca de garrafas utilizadas de gás de petróleo liquefeito e os termos de comercialização obrigatória, nos postos de abastecimento de veículos rodoviários, de gás de petróleo liquefeito engarrafado.
Contrato de investimento em tecnologias – AICEP Despacho n.º 1196/2018 - Diário da República n.º 24/2018, Série II de 2018-02-02	Aprova a minuta do contrato de investimento e respetivos anexos, a celebrar pela AICEP, E. P. E., em representação do Estado Português, a AMKOR Technology, INC., a AMKOR Technology Holding B.V. e a ATEP - AMKOR Technology Portugal, S. A.
Programa «Startup visa» Despacho Normativo n.º 4/2018 - Diário da República n.º 24/2018, Série II de 2018-02-02	Define, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 60.º e no n.º 4 do artigo 89.º da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, alterada pelas Leis n.º 29/2012, de 9 de agosto, Lei n.º 56/2015, de 23 de junho, Lei n.º 63/2015, de 30 de junho, Lei n.º 59/2017, de 31 de julho, e Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto, a regulamentação do programa «Startup Visa».
Estratégia Portugal 2030 – Quadro Financeiro Plurianual pós-2020 Resolução da Assembleia da República n.º 34/2018 - Diário da República n.º 26/2018, Série I de 2018-02-06	Cria uma Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030» no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual pós-2020.
Incentivos fiscais – Produtos de base plástica descartável de origem fóssil Despacho n.º 1316/2018 - Diário da República n.º 27/2018, Série II de 2018-02-07	Cria um grupo de trabalho com a missão de avaliar a aplicação dos incentivos fiscais associados à redução do consumo de sacos plásticos e a sua aplicabilidade a outros produtos de base plástica descartável de origem fóssil.
Certificados de Reforma Portaria n.º 44/2018 - Diário da República n.º 27/2018, Série I de 2018-02-07	Procede à alteração e aditamento ao Regulamento de Gestão do Fundo de Certificados de Reforma.
Atividade de financiamento colaborativo – Regime jurídico do financiamento colaborativo Lei n.º 3/2018 - Diário da República n.º 29/2018, Série I de 2018-02-09	Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo e procede à primeira alteração à Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico do financiamento colaborativo.
Avaliação de impacto de género Lei n.º 4/2018 - Diário da República n.º 29/2018, Série I de 2018-02-09	Regime jurídico da avaliação de impacto de género de atos normativos.
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos – Regime das tarifas transitórias Resolução da Assembleia da República n.º 42/2018 - Diário da República n.º 33/2018, Série I de 2018-02-15	Recomenda ao Governo que concretize um programa de desburocratização e apoio às micro, pequenas e médias empresas.
Capitalização de empresas – Programa Capitalizar – Dossier Fiscal Portaria n.º 51/2018 - Diário da República n.º 34/2018, Série I de 2018-02-16	Portaria que altera o conjunto de documentos que integram o dossier fiscal a que se refere o artigo 1.º da Portaria n.º 92-A/2011, de 28 de fevereiro, e aprova os modelos do mapa a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro.

Assunto/Diploma	Descrição
Zona Piloto para energias renováveis oceânicas Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2018 - Diário da República n.º 35/2018, Série I de 2018-02-19	Aprova um conjunto de medidas com vista à atualização do regime jurídico da Zona Piloto para energias renováveis oceânicas.
Rendimento Social de Inserção Portaria n.º 52/2018 - Diário da República n.º 37/2018, Série I de 2018-02-21	Procede à atualização do valor de referência do RSI para 2018.
Complemento Solidário para Idosos Portaria n.º 53/2018 - Diário da República n.º 37/2018, Série I de 2018-02-21	Procede à atualização do valor de referência do CSI para 2018.
Portal BASE Portaria n.º 57/2018 - Diário da República n.º 40/2018, Série I de 2018-02-26	Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir.
Lei do Orçamento de Estado para 2018- Retificação Declaração de Retificação n.º 6/2018 - Diário da República n.º 40/2018, Série I de 2018-02-26	Declaração de Retificação à Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Orçamento do Estado para 2018, publicada no Diário da República, n.º 249, 1.ª série, de 29 de dezembro de 2017.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVL	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.